



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



Anexo I

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS

Santo André
Agosto de 2019

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Dácio Roberto Matheus

Vice-Reitor

Prof. Dr. Wagner Alves Carvalho

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Paula Ayako Tiba

Diretores de Centro

Prof. Dr. Harki Tanaka – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Marcelo Bussoti Reyes - Centro de Matemática, Computação e Cognição

Prof. Dr. Ronei Miotto - Centro de Ciências Naturais e Humanas

Coordenação *pro-tempore* do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas

Prof. Dr. Marcelo Zanotello - Coordenador

Profa. Dra. Patrícia da Silva Sessa – Vice Coordenadora

Equipe

Grupo de Trabalho instituído pela Reitoria em 2018

Prof. Dr. Alexander de Freitas

Prof. Dr. Allan Moreira Xavier

Prof. Dr. Evonir Albrecht

Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio

Prof. Dr. Luciano Soares da Cruz

Prof. Dr. Marcelo Zanotello

Profa. Dra. Marcia Helena Alvim

Prof. Dr. Márcio Fabiano da Silva

Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Prof. Dr. Mário Minami

Profa. Dra. Patrícia da Silva Sessa

Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco

Virgínia de Sousa Slivar

Membros do NDE 2019

Profa. Dra. Elizabeth Teodorov

Prof. Dr. Marcelo Zanotello

Profa. Dra. Marcia Helena Alvim

Profa. Dra. Mirian Pacheco Silva Albrecht

Profa. Dra. Patrícia da Silva Sessa

Prof. Dr. Roque da Costa Caiero

Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Dados da Instituição | 4 |
| 2. Dados do curso | 5 |
| 3. Apresentação | 6 |
| 4. Perfil do curso | 11 |
| 5. Objetivos do curso | 13 |
| 6. Requisitos de acesso | 14 |
| 7. Perfil do egresso | 16 |
| 8. Organização curricular | 17 |
| 9. Ações acadêmicas complementares à formação | 34 |
| 10. Atividades teórico práticas | 37 |
| 11. Estágio curricular | 38 |
| 12. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem | 43 |
| 13. Infraestrutura | 48 |
| 14. Docentes | 51 |
| 15. Sistema de avaliação do projeto de curso | 54 |
| 16. Anexo | 55 |

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07 722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015¹.

¹ Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/lei-de-criacao-da-ufabc>. Acesso em 03 de maio de 2019.

2 DADOS DO CURSO

Curso: Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas

Diplomação: Licenciado em Ciências Naturais e Exatas

Carga horária total do curso: 3216 horas

Tempo previsto para integralização: 12 quadrimestres letivos.

Tempo máximo para integralização: 24 quadrimestres letivos, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 166, de 08 de outubro de 2013.

Estágio: Obrigatório – 400 horas

Turno de oferta: matutino e noturno

Número de vagas por turno: 80 vagas

Campus de oferta: Santo André

Atos legais: Ato decisório do Conselho Universitário nº 151, de 27 de novembro de 2017.

Ato decisório do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 177, de 11 de setembro de 2019.

3 APRESENTAÇÃO

3.1 A UFABC

No ano de 2004 o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC. A Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2005, com o nº 11.145 e datada de 26 de julho de 2005. A UFABC funciona atualmente em duas unidades. O *campus* Santo André, que iniciou suas atividades em setembro de 2006, e o *campus* São Bernardo do Campo, que teve suas atividades iniciadas em maio de 2010.

O projeto de criação da UFABC ressalta a importância de uma formação integral, que privilegia a capacidade de inserção social em sentido pleno. Leva em conta o dinamismo da ciência, propondo uma matriz interdisciplinar que objetiva formar profissionais com conhecimento amplo e sistêmico, capazes de transitar com desenvoltura por diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Por muito tempo, a comunidade da região do ABCDMRR², representada por seus vários segmentos, esteve atuante na demanda pela criação de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. A concretização do projeto de criação da UFABC é uma conquista dos cidadãos da região do ABCDMRR e veio colaborar para o aumento da oferta de vagas na educação superior pública na região, potencializando seu desenvolvimento por meio da oferta de formação superior nas áreas científicas e tecnológicas, com variados cursos de ciências humanas, sociais, naturais e de engenharia. A instituição também está alicerçada no desenvolvimento da extensão universitária, por intermédio de ações que disseminem o conhecimento e a competência social, tecnológica e cultural na comunidade. Nesse contexto, a UFABC contribui não apenas para o benefício da região, mas para o país como um todo investindo em ensino, pesquisa e extensão, almejando a excelência acadêmica, a inclusão social e a promoção da interdisciplinaridade. Cabe salientar que a pós-graduação na UFABC teve início de modo simultâneo com a graduação, evidenciando a vocação da instituição para a pesquisa, a produção de conhecimento e inovação.

Dentre os princípios fundamentais da UFABC destacam-se:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar cidadãos com competência profissional, sensibilidade e responsabilidade social e ética, em diferentes áreas de conhecimento que estejam aptos para atuar em diversos setores, participando do desenvolvimento da sociedade brasileira, agindo na formação de outros cidadãos e na sua própria formação de modo contínuo;

III – incentivar e fomentar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, bem como a criação e difusão da cultura, contribuindo para o entendimento do ser humano, de sua história e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, comunicando esses saberes por meio do ensino, de publicações e de outras formas de atuação social;

² Região do ABC expandido (ou Grande ABC), que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a sua concretização, integrando constantemente novos saberes e desenvolvimentos na estrutura da formação propiciada pela instituição;

VI – promover discussões sobre problemas do mundo contemporâneo, em especial sobre aqueles que dizem respeito ao contexto nacional e regional;

VII – prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de cooperação e reciprocidade;

VIII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para atingir esses objetivos, a atuação acadêmica da UFABC se dá por meio de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão que visam à formação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pela sociedade brasileira, bem como à promoção e ao estímulo à pesquisa científica, tecnológica e à produção de pensamento original nos campos das ciências e das tecnologias. Um importante diferencial da UFABC, evidenciando o comprometimento da Universidade com o ensino e a pesquisa de qualidade, é o seu quadro docente composto exclusivamente por Doutores que atuam em Regime de Dedicação Exclusiva.

3.2 Missão Institucional

Na missão institucional definida em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³ consta como um dos fundamentos estruturais da UFABC a extensão de seu modelo formativo *“para Licenciaturas Interdisciplinares, que pode propiciar novas perspectivas para a formação inicial de professores, como também possibilitar formação continuada para aqueles que já estão em sala de aula na Educação Básica, além de ações de extensão e cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu”* (UFABC, 2017, p. 10).

A proposta de Licenciaturas Interdisciplinares é pertinente ao modelo de ensino que caracteriza a UFABC, almejando uma *“formação superior mais consistente e adequada a uma nova realidade de atuação”* (UFABC, 2013, p. 30), valorizando a interdisciplinaridade, a excelência acadêmica e a inclusão social, conforme preconiza o Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022 (PDI) da UFABC.

Embora a *“contribuição da UFABC para melhoria da qualidade do ensino da educação básica na região do Grande ABC, com prioridade para as escolas da rede pública, [tenha] se consolidado como uma diretriz prioritária”* (UFABC, 2013, p. 71) e diversas ações nesse sentido tenham sido desenvolvidas por parte dos professores vinculados às licenciaturas, a oferta das Licenciaturas Interdisciplinares como entrada na UFABC é condição necessária para que a UFABC possa contribuir efetivamente para as demandas sociais educacionais, um dos *“Desafios para o Futuro”* apontados no PDI. Tal desafio conflui com a Estratégia 12.4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), que preconiza *“fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas”*.

³ Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consuni_ato_decisorio_151_anexo.pdf>. Acesso em 02 mar. 2018.

No PDI constam ainda quatro desafios fundamentais da inserção regional da UFABC. Destes, o terceiro diz respeito diretamente aos cursos de Licenciatura, visto que compreende o desafio de *“Formar quadros profissionais docentes, garantindo a necessária aproximação da universidade com os demais níveis do ensino na região”* (UFABC, 2013, p. 18).

Nas etapas de ensino correspondentes à Educação Básica, sabe-se que as escolas estaduais e municipais do ABCDMRR sofrem de uma série de problemas em relação à formação de seu quadro docente. Uma análise do número total de docentes em atividade, da quantidade de escolas públicas na região e do número de professores devidamente licenciados nas áreas em que desempenham suas funções, mostra que diversas disciplinas são frequentemente ministradas por profissionais sem formação pedagógica específica para a docência nessas disciplinas. Sabe-se, igualmente, que esse quadro não é prerrogativa da rede pública e pode ser expandido para incluir todas as escolas (de todas as etapas) do ABCDMRR (municipais, estaduais, privadas, confessionais, comunitárias e conveniadas). Outro dado alarmante compreende a faixa etária dos docentes das escolas da região: a média de idade do corpo docente das escolas do ABCDMRR é bastante alta, elevando – nos próximos anos – a demanda regional por profissionais do magistério.

Neste contexto, o terceiro desafio proposto pelo PDI da UFABC está na ordem do dia da inserção da Universidade na região do ABCDMRR. Ademais, a demanda por formação de quadros profissionais qualificados para a docência na Educação Básica é prioritária não só regionalmente, mas para as redes de ensino de todo o país. Toda universidade que deseje levar a cabo as suas funções sociais mais primordiais deve atentar a esse fato e, na medida de suas possibilidades, trabalhar em prol da qualificação dos profissionais da Educação Básica. Nessa perspectiva, os cursos de Licenciatura assumem papel primordial. A proposta das Licenciaturas Interdisciplinares é uma tentativa de oferecer não só a almejada qualificação da formação docente, como também garantir que a Universidade cumpra a sua função social de formar professores. Através de uma entrada própria na universidade, garante-se que, independentemente da área escolhida, o egresso será formado *professor*.

Por fim, consta no PDI a necessidade de *“Promover a discussão ampla e interdisciplinar sobre os conteúdos e sua continuidade nas diversas disciplinas da Universidade, aumentando o grau de compartilhamento de disciplinas entre cursos, de forma a enriquecer sua oferta pela diversidade de experiências e especialidades dos docentes”* (UFABC, 2013, p. 38). A proposta das Licenciaturas Interdisciplinares nasceu justamente da discussão interdisciplinar envolvendo as Licenciaturas ofertadas na UFABC em 2013 (Ciências Biológicas, Filosofia, Física, Química e Matemática) no âmbito do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério de Educação Básica (COMFOR), onde representantes de todos os referidos cursos compuseram grupos de trabalho cuja atuação culminou no presente projeto (cf. portarias do COMFOR nº 002/2014; 004/2015; 003/2016).

3.3 Breve Histórico das Licenciaturas Interdisciplinares na UFABC

O Comitê Gestor Institucional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR) foi instituído na UFABC em setembro de 2012 e desde então tem discutido ações de formação de professores para a Educação Básica na Universidade. Uma análise minuciosa de seus cursos de formação inicial resultou na conclusão de que as Licenciaturas da UFABC, desde sua criação em 2009, poderiam se alinhar mais adequadamente aos recentes resultados das pesquisas acerca da formação de professores, aos princípios

estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, bem como a saberes constituídos historicamente acerca da educação escolar por parte de seus protagonistas. Isto por que, até então, as Licenciaturas estavam vinculadas aos Bacharelados Interdisciplinares, configurando uma formação em Licenciatura muito próxima do denominado “modelo 3+1”. Em decorrência das discussões relativas à formação inicial de professores na UFABC, foi criado em 2013 um grupo de trabalho no COMFOR para realizar um estudo buscando a elaboração de um projeto para Licenciaturas Interdisciplinares em consonância com o Projeto Pedagógico da UFABC, além de uma análise da viabilidade de sua implantação.

A partir de 2014, dando continuidade à discussão iniciada no ano anterior, o COMFOR apresentou a primeira versão de sua proposta aos cinco cursos de Licenciaturas específicas da UFABC. Nesse processo, as Licenciaturas específicas sugeriram adequações ao projeto. As alterações na proposta original foram elaboradas por um segundo grupo de trabalho, constituído por membros do COMFOR e por professores indicados pelos cursos.

Ao final desta etapa, o COMFOR aprovou a proposta reelaborada por este segundo grupo de trabalho, apresentando o novo projeto no Simpósio de Novos Cursos, organizado pela Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), em 8 de setembro de 2014. Posteriormente, a proposta foi apresentada em duas conferências abertas à comunidade, uma no *campus* Santo André, em 28 de julho de 2015, e outra no *campus* São Bernardo, em 11 de agosto de 2015, pois era necessário ouvir a comunidade acadêmica e colher mais sugestões. Ao longo desse percurso o COMFOR, em diálogo com a Reitoria e a Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD), realizou novas adequações à proposta para viabilizar a sua implantação antes de apresentá-la ao Conselho Universitário (ConsUni).

No ano de 2016, a Reitoria da UFABC publicou o Edital nº 59/2016 com chamada para propostas de criação de novos cursos de Licenciatura.⁴ O COMFOR participou do Edital com a proposição de dois cursos de Licenciaturas Interdisciplinares, compondo um projeto único: a Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas; e a Licenciatura em Ciências Humanas. A referida proposta teve como proponentes os membros do COMFOR e o grupo de trabalho instituído pela portaria COMFOR nº 003/2016 para a elaboração da proposta em questão.⁵

Os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas e de Licenciatura em Ciências Humanas foram recomendados pela Comissão Julgadora das propostas de criação de novos cursos de Licenciatura, instituída pela Portaria da Reitoria nº 185, de 30 de maio de 2016.

Em 2017, na Comunicação Interna (CI) 006/2017/CGPL/PROGRAD, a Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso, na ocasião Coordenadora Geral do Programa das Licenciaturas da UFABC e Presidente do COMFOR/UFABC, solicitou a discussão do item “Criação de Cursos de Licenciaturas Interdisciplinares” em sessão ordinária do ConsUni, dando andamento ao processo iniciado pelo referido Edital da Reitoria e em conformidade com o fluxo estabelecido pela Resolução ConsUni nº 151, de 22 de julho de 2015.

A II sessão extraordinária de 2017 do Conselho Universitário (ConsUni) realizada em 19 de setembro teve como pauta única, em caráter de expediente, o “Resultado do Edital da

⁴ Cf. Edital nº 059/2016, publicado no Boletim de Serviço nº 543, de 29 de março de 2016.

⁵ Foram proponentes do documento submetido ao Edital nº 059/2016: Prof. Dr. Alexander de Freitas, Carlos Eduardo Rocha dos Santos, Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio, Lídia Pancev Daniel Pereira, Lilian Santos Leite Menezes, Profa. Dra. Lúcia Regina Horta Rodrigues Franco, Profa. Dra. Maísa Helena Altarugio, Prof. Dr. Marcelo Zanotello, Profa. Dra. Maria Teresa Carthery-Goulart, Profa. Dra. Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda, Profa. Dra. Mirian Pacheco Silva Albrecht, Profa. Dra. Patrícia da Silva Sessa, Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco, Prof. Dr. Roque da Costa Caiero, Prof. Dr. Sérgio Henrique Bezerra de Souza Leal, Profa. Dra. Virgínia Cardia Cardoso, Virgínia de Sousa Slivar.

Reitoria nº 59/2016 - Chamada para inscrições de propostas de criação de novos cursos de licenciatura na UFABC". O item voltou à pauta do ConsUni na III sessão extraordinária de 2017, agora na ordem do dia, sendo aprovado na continuação da reunião realizada no dia 21 de novembro de 2017.

No processo de elaboração da proposta das Licenciaturas Interdisciplinares da UFABC, o COMFOR e os grupos de trabalho por ele constituídos puderam *"construir módulos de disciplinas obrigatórias comuns, com a mesma natureza interdisciplinar e de múltiplas aplicações, como as disciplinas obrigatórias dos BIs", tal como sugerido no PDI para os "cursos específicos que naturalmente comungam de uma mesma estrutura pedagógica"* (UFABC, 2013, p. 43). As Licenciaturas específicas da UFABC já possuíam algumas disciplinas comuns, mas o quadro de oferta de disciplinas obrigatórias e ações conjuntas foram ampliados na proposta das Licenciaturas Interdisciplinares, que inclui um conjunto de oferta comum também para as disciplinas de opção limitada. Com essa nova proposta, pretende-se *"contribuir para a quebra de velhos modelos de aprendizado e para a construção de um novo entendimento para a universidade brasileira do século XXI"* (UFABC, 2013, p. 30), oferecendo aquilo que se vislumbra no PDI para os cursos interdisciplinares, a saber: a *"[...] agregação de conhecimento específico (dado pelos cursos de formação específica) a uma base mais abrangente de conhecimento científico e humano [...], cria – pelo modelo de ensino da UFABC – o elemento multidisciplinar na formação do aluno"* (UFABC, 2013, p. 29-30).

Referências

UFABC. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2022. Santo André, 2013. Disponível em: <http://antigo.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/administracao/ConsUni/anexo-resolucao-consuni-112_pdi-2013-2022.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

UFABC. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Santo André, 2017. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consuni_ato_decisorio_151_anexo.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

4 PERFIL DO CURSO

A década de 1980 caracterizou-se por intensos debates sobre os modelos para a formação de professores. Dentre esses debates, destacam-se as críticas ao modelo “3 + 1”, que consiste basicamente em três anos de disciplinas do currículo de algum Bacharelado e um ano para disciplinas didático-pedagógicas e estágios supervisionados. As críticas apontam para a não valorização dos saberes pedagógicos que, nesse modelo, constituem um apêndice ou complemento ao Bacharelado, colaborando para que os cursos de Licenciatura tenham seu prestígio acadêmico reduzido. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 6.394/1996), aos cursos de Licenciatura foram conferidas integralidades próprias, implicando na definição de currículos específicos para os mesmos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, apresentadas em documentos como os pareceres CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001; CNE/CP nº 28/2001, de 02 de outubro de 2001; a resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002; e a mais recente resolução CNE/CP nº 2, de julho de 2015; enfatiza-se a necessária reflexão crítica sobre os problemas educacionais, em especial os que se referem às pretensões formativas demandadas na contemporaneidade e ao papel do professor nesse cenário. Os referidos documentos destacam que os principais problemas a serem enfrentados dizem respeito à

Necessidade de tratar os conteúdos de forma articulada, o que significa que o estudo dos conteúdos da educação básica que irão ensinar deverá estar associado à perspectiva de sua didática e a seus fundamentos (BRASIL, 2002, p. 39). (...) Nos cursos de formação para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, a inovação exigida para as licenciaturas é a identificação de procedimentos de seleção, organização e tratamento dos conteúdos, de forma diferenciada daquelas utilizadas em cursos de bacharelado; nas licenciaturas, os conteúdos disciplinares específicos da área são eixos articuladores do currículo, que devem articular grande parte do saber pedagógico necessário ao exercício profissional e estarem constantemente referidos ao ensino da disciplina para as faixas etárias e as etapas correspondentes da educação básica. (BRASIL, 2002, p. 47)

Do ponto de vista legal, em todas as diretrizes emitidas pelo CNE as Licenciaturas são consideradas cursos de graduação dedicados especialmente à formação de professores da Educação Básica, devendo observar normas específicas relacionadas a essa modalidade de oferta e integrando a dimensão da docência a todas as atividades curriculares desde o início do curso de Graduação. As orientações emanadas das diversas resoluções como a CNE/CEB nº 04/2010 e do parecer CNE/CEB nº 07/2010, que definem as diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, bem como a resolução CNE nº 02/2012 e o parecer CNE nº 05/2011, que definem as diretrizes curriculares para o ensino médio, são explícitos ao enfatizarem que, em seus projetos político-pedagógicos os cursos de Licenciatura estabeleçam, dentre outros princípios: o compromisso com a formação profissional para atuação na Educação Básica e com a valorização de seus profissionais; a inseparabilidade entre formação científica e pedagógica; a garantia de flexibilidade curricular nos percursos de formação; e a ampliação, diversificação e reconhecimento de vivências e espaços de formação docente.

Entretanto, diversas instituições formadoras ainda tratam as Licenciaturas como fossem Bacharelados diluídos com alguns conhecimentos pedagógicos, ou como Bacharelados

completos, acrescidos de formação didático-pedagógica complementar. Possivelmente, este procedimento remonta a certa visão conservadora que atrela a formação docente ao Bacharelado, impondo à dimensão pedagógica um papel coadjuvante no processo de formação de professores.

As diretrizes curriculares oficiais vêm ao encontro de pesquisas na área educacional que indicam uma diversidade de elementos catalisadores de mudanças nos cursos de Licenciatura, visando propiciar uma formação docente mais atenta às demandas da sociedade atual. Como exemplo, destacamos algumas reflexões acerca de saberes necessários para o exercício da docência, que podem ser classificados em três conjuntos fundamentais.

O primeiro conjunto de saberes, denominados saberes conceituais e metodológicos da área específica, destaca a necessidade de integrar conceitos e metodologias de forma que sejam trabalhados aspectos que levem os alunos a: (1) conhecer os conceitos e aplicações essenciais de sua área, (2) conhecer aspectos filosóficos e históricos do processo de construção da ciência, entendendo os problemas que originaram determinados conhecimentos científicos; (3) conhecer as orientações metodológicas empregadas na construção dos conhecimentos, isto é, conhecer a forma como os cientistas e filósofos abordam e tratam os problemas de seu campo do saber, a exemplo dos critérios de validação e aceitação de teorias; (4) analisar as interações entre ciência, tecnologia e sociedade associadas à construção de conhecimentos; (5) ter conhecimento dos desenvolvimentos científicos recentes e de suas perspectivas.

O segundo conjunto, constituído pelos saberes integradores, busca promover a relação entre as teorias e as práticas de ensino. A prática nos cursos de formação inicial se dá nos estágios supervisionados, onde os futuros professores estabelecerão relações entre o saber e o saber-fazer. Nesse contexto, alguns aspectos são importantes na formação docente, tais como conhecer as concepções prévias e alternativas dos alunos por meio de questões problematizadoras bem elaboradas, e capacitar os professores para que saibam planejar, elaborar e executar sequências didáticas que levem os alunos a se apropriar dos conhecimentos pretendidos.

O terceiro conjunto é formado pelos saberes pedagógicos, referindo-se aos saberes que os professores necessitam ter sobre as teorias de aprendizagem e da didática, os quais precisam se relacionar com os conhecimentos de sala de aula. Isso porque a relação entre teoria/prática, do saber com o saber-fazer, influencia as práticas de ensino de qualquer conteúdo específico. Além disso, os saberes pedagógicos envolvem estudos que abordam a escola e seu ambiente de forma mais ampla, em que se discutem, dentre outros, aspectos como a violência, a profissionalização do professor, as expectativas deste em relação aos alunos, as políticas públicas educacionais e as imbricadas relações da escola com a sociedade.

Este cenário estimula a criação de cursos de Licenciatura que promovam formações baseadas nos saberes conceituais e metodológicos das áreas, em saberes integradores e pedagógicos, de modo equilibrado e articulado aos desafios atuais da docência, considerando de modo transversal o uso das Tecnologias Digitais (TD). Isto porque, de modo geral, o acesso a variadas TD na sociedade atual vem aumentando e impactando praticamente todas as esferas de atuação humana, incluindo a escola. Levantamentos e pesquisas têm sido publicados na literatura especializada, indicando a necessidade da inclusão de uma nova dimensão na formação de professores para os diversos níveis de ensino. Tal dimensão refere-se justamente às TD que devem integrar-se aos conhecimentos pedagógicos e aos conteúdos temáticos necessários para a formação e o exercício da docência.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

O curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas tem por objetivo geral a formação inicial de Professores para atuação na Educação Básica nas grandes áreas das Ciências Naturais e Exatas, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, nesse último caso em sistemas educacionais que organizem suas matrizes curriculares em componentes disciplinares configurados como grandes áreas do conhecimento, promovendo na formação uma perspectiva crítica, humanista e profunda das ciências, englobando desde a gênese do conhecimento científico até a sua veiculação em espaços formais e não formais de Educação.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do curso consistem em propiciar uma formação que promova:

- Uma visão sistêmica e integradora da caracterização da profissão docente, com seus problemas contemporâneos de diversas naturezas.
- Um equilíbrio na constituição de saberes conceituais e metodológicos, integradores e pedagógicos, necessários para o exercício da docência e o enfrentamento de seus problemas.
- A interdisciplinaridade como efetiva interação entre as áreas do conhecimento na busca por soluções aos problemas educacionais.
- O desenvolvimento da autonomia para a pesquisa, o ensino e a aprendizagem.
- A consciência ética e cidadã do futuro professor, para que possa lidar com as complexas realidades escolares e sociais que encontrará em sua atuação profissional.
- A formação de professores com sólidas bases científicas, entendendo a Ciência como parte da cultura na qual estão inseridos, atentos às aspirações e exigências das atuais e futuras gerações.

6 REQUISITO DE ACESSO

6.1 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O processo seletivo para ingresso na UFABC é anual, através do Sistema de Seleção Unificado (SISU-MEC). As vagas oferecidas são preenchidas em uma única fase, utilizando-se o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).⁶

O discente ingressante na UFABC através do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) inicialmente irá cursar um conjunto de disciplinas obrigatórias comuns aos cursos de Licenciatura e poderá a partir daí escolher sua trajetória formativa por meio de componentes curriculares de opção limitada e livres. A flexibilidade das matrizes curriculares de seus cursos, que é uma característica essencial da UFABC, permite ao estudante definir um percurso acadêmico de formação em paralelo na LCNE e em uma Licenciatura específica, por exemplo.

Os egressos estarão habilitados para atuação na Educação Básica nas grandes áreas das Ciências Naturais e Exatas, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, nesse último caso em sistemas educacionais que organizem suas matrizes curriculares em componentes disciplinares configurados como grandes áreas do conhecimento. O curso não habilita para a docência no ensino médio nas disciplinas específicas de Biologia, Física, Química e Matemática.

O Processo de Admissão por Transferência Facultativa da UFABC está regulamentado pela Resolução ConsEPE nº 174, de 24 de abril de 2014. Anualmente, através de edital específico, são oferecidas vagas remanescentes nos diversos cursos oferecidos pela UFABC. Há ainda a possibilidade de transferência obrigatória *ex officio*, prevista em normas específicas (Art. 99 da Lei nº 8.112/1990; Art. 49 da Lei nº 9.394/1996, regulamentada pela Lei nº 9.536/1997; e Resolução ConsEPE nº 10, 22 abr. 2008). Essas são possibilidades de acesso também facultadas aos cursos de Licenciatura.

6.2 REGIME DE MATRÍCULA

O ano letivo na UFABC é dividido em três quadrimestres. A matrícula do estudante ingressante na Universidade em seu primeiro quadrimestre é efetuada automaticamente, conforme a Resolução ConsEPE nº 219, de 16 de março de 2017. No caso da LCNE, a matrícula inicial refere-se ao primeiro quadrimestre da matriz curricular sugerida no item 8.5 do presente documento. Para os quadrimestres posteriores, o estudante deverá realizar sua matrícula conforme o calendário acadêmico anual da UFABC, indicando as disciplinas que deseja cursar em cada período letivo.

Os estudantes podem solicitar ajustes de matrícula, de acordo com o fluxo de matrículas em disciplinas de graduação e seguindo o calendário acadêmico anual da UFABC. Após o início do período letivo, o estudante ainda poderá solicitar o cancelamento de matrícula em disciplinas.

Destaca-se que, mesmo não havendo pré-requisitos para a matrícula em disciplinas, recomenda-se que o estudante procure seguir as matrizes sugeridas nos projetos pedagógicos

⁶ Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>Acesso: abril de 2016>. Acesso em: 06 abr. 2018.

dos cursos. O estudante deve atentar-se aos prazos para integralização e jubilação dos cursos de graduação e aos critérios de desligamento, regulamentados pela Resolução ConsEPE nº 166, de 8 de outubro de 2013.

Referências

Resolução CONSEPE, nº 031, 1 de julho de 2009. Consulte: <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consep-no-312009-01072009-normatiza-o-ingresso-nos-cursos-de-formacao-especifica-apos-a-conclusao-dos-bacharelados-interdisciplinares-oferecidos-pela-ufabc>

Resolução CONSEPE, nº 165, 8 de outubro de 2013. Consulte: <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-165-conceito-de-aluno-egressoregular-efetivoetcaprovadaconsepe>.

7 PERFIL DO EGRESSO

Não se cogita mais um profissional pronto, completo em sua formação inicial, mas um profissional atento às mudanças e, portanto, capaz de se adaptar aos desafios futuros. O presente curso foi concebido com o propósito de se estabelecer um perfil consciente de que a formação docente se constitui em um processo contínuo e permanente, com a formação inicial propiciando uma sólida formação fundamentada nas competências teóricas e práticas, observando-se a flexibilidade curricular, a autonomia do estudante e a liberdade de escolha de sua trajetória formativa. Espera-se que o egresso deste curso de Licenciatura seja um professor com autonomia profissional, autor e pesquisador de sua própria prática, com competências para o ensino e o cuidado com os estudantes, com habilidades para tratar de forma integrada e contextualizada os conteúdos, bem como reconhecer-se como um sujeito em processo de formação permanente. O egresso estará apto para lecionar Ciências nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio especificamente em sistemas educacionais que organizem suas matrizes curriculares em grandes áreas do conhecimento, contemplando Ciências Naturais como disciplina. Poderá atuar ainda em espaços de ensino não formal, como museus de ciências e centros de divulgação científica, dentre outros. O perfil para o egresso considera as seguintes competências, atitudes e valores, na expectativa que o futuro professor seja capaz de:

- Problematizar a realidade, buscando nela os temas geradores da reflexão e a partir deles organizar oportunidades de aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento;
- Lidar com a complexidade, planejar e desenvolver processos de ensino que sejam efetivos para professores e estudantes;
- Atuar em áreas de fronteira e interfaces entre diferentes disciplinas e campos de saber da área de formação;
- Desenvolver atitudes de investigação, pesquisa e produção do conhecimento na Educação Básica;
- Apropriar-se de novas tecnologias da informação e comunicação que descortinem possibilidades para o processo educativo;
- Reconhecer as especificidades das comunidades e dos sujeitos envolvidos no processo educacional, viabilizando a partir delas oportunidades de aprendizagem significativa na área de conhecimento em que atuará;
- Possuir atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e de relações interpessoais;
- Decidir em cenários de imprecisões e incertezas, agindo com a urgência em que as situações educativas se apresentem;
- Exibir sensibilidade às desigualdades sociais e reconhecer a diversidade dos saberes e das características étnico-culturais.
- Reconhecer e lidar criticamente com os processos políticos nos quais as ações educacionais estão inseridas.

Tal perfil será desenvolvido a partir de uma estrutura curricular que reflete um modelo de formação organizado de modo a propiciar aos estudantes trajetórias de formação diferenciadas, caracterizadas pela flexibilidade de escolhas e pela ênfase no fortalecimento da autonomia do futuro docente, sendo marcada pela presença da relação pedagógica entre formadores e formandos, bem como pelo estímulo à inserção dos estudantes em projetos de pesquisas educacionais e de extensão, convidando-os a problematizar e analisar cientificamente a educação escolar desde o início do curso.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os seguintes documentos oficiais são considerados para a fundamentação legal do curso e sua estruturação curricular.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/bacharelados-interdisciplinares_referenciais-orientadores-novembro_2010-brasil.pdf. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 266, de 5 jul. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.622. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf Acesso em 03 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Projeto Pedagógico. Santo André, 2017. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf. Acesso em 03 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Santo André, 2013. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em 03 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Manual do Aluno. Santo André, 20XX. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf (obs: referenciar o manual mais atual em relação ao ano de elaboração do PPC).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 jul. 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de Maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 15/2017, aprovado em 15 de dezembro de 2017. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78631-pcp015-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98191-res-cp-02-2015&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em 03 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 3, de 03 de outubro de 2018. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98131-rcp003-18&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em 03 de maio de 2019.

8.2 REGIME DE ENSINO

A Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas é um curso interdisciplinar, compartilhando determinadas disciplinas com a Licenciatura em Ciências Humanas, os Bacharelados Interdisciplinares e as Licenciaturas específicas, em uma estrutura que possibilita organizações curriculares flexíveis de modo que o estudante pode planejar e realizar sua trajetória acadêmica de forma autônoma e responsável, de acordo com seus interesses e afinidades. O regime de ensino conta com estratégias que valorizam a relação entre teoria e prática, fornecendo elementos para o desenvolvimento dos conhecimentos e saberes profissionais necessários à docência.

O estágio supervisionado enquanto componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas também é contemplado, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática docente e com as demais atividades de trabalho acadêmico. A prática pedagógica é contemplada não somente nos estágios supervisionados, mas inclusive em diferentes disciplinas pedagógicas e de conteúdos específicos postos em relação direta com a docência.

O regime de ensino na UFABC é quadrimestral e o tempo sugerido para a integralização do curso é de 12 quadrimestres (4 anos letivos).

Em face aos objetivos gerais e específicos do curso e observando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, e na Resolução CNE/CP nº 2 de 1 julho de 2015, o curso contempla os seguintes núcleos formativos:

- Núcleo I de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- Núcleo II de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino e em atendimento às demandas sociais;
- Núcleo III de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Ainda em consonância com a Resolução CNE/CP nº 2, 1 jul. 2015, os cursos de formação inicial do magistério da Educação Básica em Nível Superior devem ter, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 4 (quatro) anos, compreendendo:

I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos I e II e suas articulações;

IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, dentre outras atividades afins.

As considerações legais supracitadas orientam a estrutura curricular do curso, a qual contempla os três núcleos formativos referidos e busca garantir, através de disciplinas

obrigatórias e de opção limitada, a formação nos fundamentos e metodologias relacionados à Educação; nas áreas que compõem as Ciências Naturais e Exatas; a promoção da discussão de questões sociais diretamente ligadas ao exercício da docência como os direitos humanos, a diversidade étnico-racial e a questão ambiental; a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a educação especial e a educação inclusiva, dentre outros aspectos formativos.

8.3 ESTRUTURA GERAL

O curso oferece um currículo diferenciado, tendo como características fundamentais uma formação diversificada com relação aos conhecimentos das áreas da Educação e das Ciências Naturais e Exatas, bem como uma preocupação com a práxis docente desde o início.

Um dos princípios fundamentais do PPI da UFABC, que preconiza a interdisciplinaridade como aspecto essencial da formação do estudante, é a organização curricular em termos de eixos do conhecimento. Os eixos podem ser entendidos como grandes temas transversais às diversas áreas do conhecimento, que necessitam da contribuição de variados componentes curriculares para sua problematização e compreensão. Este princípio é organizador e estruturante da matriz curricular proposta para o curso.

Independentemente do desenho específico da matriz curricular, que é bastante flexível para os cursos da UFABC, há necessidade do estudante cumprir a carga horária mínima conforme o quadro 1 de integralização curricular.

Quadro 1 – Integralização em créditos e horas do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas.

| Componentes curriculares | Créditos | Horas | |
|--|----------|--------------|-------|
| Disciplinas obrigatórias (exceto práticas como componentes curriculares) | 66 | 792h | 2208h |
| Opção limitada (exceto práticas como componentes curriculares) | 59 | 708h | |
| Livres | 59 | 708h | |
| Práticas como componentes curriculares em disciplinas obrigatórias | 16 | 192h | 408h |
| Práticas como componentes curriculares em disciplinas de opção limitada | 18 | 216h | |
| Estágio supervisionado | | 400 | |
| Atividades teórico práticas | | 200 | |
| Total | | 3216h | |

A Resolução CNE nº 2, de 01 de julho de 2015, prevê 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, dentre outras atividades afins conforme descritas no item 10 do presente documento.

8.4 DISCIPLINAS

A UFABC considera três possíveis naturezas para as disciplinas de seus cursos de graduação: obrigatória, opção limitada e livre.

As disciplinas são identificadas como *Nome da disciplina (T – P – I)*, onde:

- T indica o número de horas semanais de aulas teóricas presenciais;
- P indica o número médio de horas semanais presenciais de trabalho de laboratório, aulas práticas ou aulas de exercícios;
- I indica uma estimativa de horas semanais adicionais de trabalhos e estudos extraclasse, necessárias para o bom aproveitamento da disciplina.

A contagem dos créditos é feita pela somatória entre os números correspondentes aos indicadores T e P, com cada unidade de crédito sendo equivalente a 12h (doze horas).

Nas seguintes relações de disciplinas, aquelas assinaladas com asterisco * referem-se às novas disciplinas criadas no âmbito deste projeto. O detalhamento das mesmas encontra-se no item “Anexo”, ao final do presente documento.

Todas as demais disciplinas estão propostas conforme a mais recente versão do catálogo de disciplinas da UFABC, disponível em: <http://prograd.ufabc.edu.br/catalogos-de-disciplinas>

8.4.1 Disciplinas Obrigatórias

As disciplinas obrigatórias para o curso de LCNE são mostradas na Tabela 8.1, perfazendo o total de 82 créditos (984 horas).

Tabela 8.1: Disciplinas obrigatórias para a LCNE.

| Nome da Disciplina/Código | T-P-I | Créditos/Horas | Eixos |
|---|-------|----------------|---|
| Base Experimental das Ciências Naturais BCS0001-15 | 0-3-2 | 3/36h | Estrutura da Matéria/Energia/Processos de Transformação |
| Bases Computacionais da Ciência BIS0005-15 | 0-2-2 | 2/24h | Informação e Comunicação |
| Bases Conceituais da Energia BIJ0207-15 | 2-0-4 | 2/24h | Energia |
| Bases Epistemológicas da Ciência Moderna BIR0004-15 | 3-0-4 | 3/36h | Epistemologia |
| Bases Matemáticas BIS0003-15 | 4-0-5 | 4/48h | Representação e Simulação |
| Biodiversidade: Interações entre Organismo e Ambiente BCL0306-15 | 3-0-4 | 3/36h | Processos de Transformação |
| Ciência, Tecnologia e Sociedade BIR0603-15 | 3-0-4 | 3/36h | Sociedade |
| Desenvolvimento e Aprendizagem NHI5001-15 | 4-0-4 | 4/48h | Educação |
| Didática NHI5002-15 | 4-0-4 | 4/48h | Educação |
| Estrutura da Matéria | 3-0-4 | 3/36h | Estrutura da Matéria |

| | | | |
|---|-------|---------|-------------------------------------|
| BIK0102-15 | | | |
| Estrutura e Dinâmica Social BIQ0602-15 | 3-0-4 | 3/36h | Sociedade |
| Estudos Étnico-Raciais BHQ0002-15 | 3-0-4 | 3/36h | Sociedade |
| Evolução e Diversificação da Vida na Terra BIL0304-15 | 3-0-4 | 3/36h | Processos de Transformação |
| Fenômenos Mecânicos BCJ0204-15 | 4-1-6 | 5/60h | Energia |
| Funções de uma Variável BCN0402-15 | 4-0-6 | 4/48h | Representação e Simulação |
| História da Educação NHZ5016-15 | 4-0-4 | 4/48h | Educação |
| LIBRAS NHI5015-15 | 4-0-2 | 4/48h | Humanidades |
| * Metodologias de Pesquisa em Educação | 2-0-4 | 2/24h | Educação |
| Políticas Educacionais NHI5011-13 | 3-0-3 | 3/36h | Educação |
| Práticas de Ensino de Ciências e Matemática no Ensino Fundamental NHT5013-15 | 4-0-4 | 4/48h | Práticas de Ensino |
| Práticas Escolares em Educação Especial e Inclusiva NHZ5023-18 | 2-2-4 | 4/48h | Educação |
| Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação NHZ5019-15 | 3-0-3 | 3/36h | Educação / Informação e Comunicação |
| Tópicos Contemporâneos em Educação e Filosofia NHZ2099-16 | 4-0-4 | 4/48h | Educação / Humanidades |
| Transformações Químicas BCL0307-15 | 3-2-6 | 5/60h | Processos de Transformação |
| TOTAL | | 82/984h | |

Toda a carga horária das disciplinas “Práticas de Ensino de Ciências e Matemática no Ensino Fundamental”, “Práticas Escolares em Educação Especial e Inclusiva”, “Desenvolvimento e Aprendizagem” e “Didática” são consideradas práticas como componentes curriculares, totalizando 16 créditos (192 horas) neste quesito.

A fim de totalizar 408 horas de práticas como componentes curriculares exigidas, o estudante deverá integralizar 216 horas por meio de disciplinas de opção limitada do grupo “Práticas de Ensino” e/ou por meio de outras disciplinas que possuam esse caráter, tais como disciplinas específicas dos demais cursos de licenciatura da UFABC.

8.4.2 Disciplinas de Opção Limitada

São consideradas disciplinas de opção limitada as disciplinas obrigatórias dos demais cursos de licenciatura da UFABC, bem como outras disciplinas relacionadas a aspectos relevantes para a formação do professor da Educação Básica que são explicitadas no decorrer da presente seção.

As disciplinas de opção limitada estão organizadas em grupos temáticos, em conformidade com os eixos do conhecimento a que se vinculam. Os grupos consideram, de um lado, a função para a formação acadêmica e profissional quanto ao ensino e, de outro, a possibilidade de estender a interdisciplinaridade transcendendo a matriz curricular obrigatória. A concepção dos grupos abrange temas relativos aos eixos de interdisciplinaridade do Projeto Pedagógico da UFABC, a partir da perspectiva da formação em licenciatura.

Em nível organizacional, há seis grupos de disciplinas de opção limitada, sendo que a composição de cada grupo e a correspondente escolha de disciplinas por parte do estudante permite avançar na constituição de perspectivas transversais e interdisciplinares para a formação do licenciando. Em seguida, apresenta-se a descrição dos grupos de disciplinas de opção limitada.

Grupo G1 - Eixos Educação, Humanidades e Cognição

Este primeiro grupo de disciplinas, G1, reporta-se a disciplinas de caráter didático pedagógico, de temas selecionados em Humanidades e Ciências Sociais, e na interface entre a Educação e Cognição. Propõe-se disciplinas cujos conteúdos versam a respeito de formas de educação inclusiva, e.g., modos inclusivos acerca de métodos didático-pedagógicos, temas sobre ética, sociologia das ciências, valores conectados ao conhecimento científico e tecnológico, temas e problemas de filosofia e recentes desenvolvimentos em Cognição e Neurociência.

Tabela 8.2: Disciplinas de opção limitada do Grupo G1 - Educação; Humanidades; Sociedade e Cognição.

| Nome da Disciplina/Código | T-P-I | Créditos/Horas | Eixos |
|---|--------------|-----------------------|----------------------|
| Arte e Ensino NHZ2092-16 | 4-0-4 | 4/48h | Educação/Humanidades |
| Cidadania, Direitos e Desigualdades ESHP004-13 | 4-0-4 | 4/48h | Humanidades |
| Desenvolvimento e Sustentabilidade BHO0102-15 | 4-0-4 | 4/48h | Sociedade |
| Educação Ambiental ESZU025-17 | 2-2-4 | 4/48h | Educação |
| Educação em Saúde NHZ1091-19 | 1-2-3 | 3/36h | Educação |
| Educação em Sexualidade NHZ1092-19 | 1-2-3 | 3/36h | Educação |
| Educação Científica, Sociedade e Cultura NHT5004-15 | 4-0-4 | 4/48h | Educação/Humanidades |
| Escrita e Leitura na Educação em Ciências NHZ1094-19 | 1-1-2 | 2/24 | Educação |
| Ética e Justiça NHZ1094-19 | 4-0-4 | 4/48h | Humanidades |
| Filosofia da Educação NHH2017-16 | 4-0-4 | 4/48h | Educação/Humanidades |
| Identidade e Cultura BHQ0001-15 | 3-0-4 | 3/36h | Humanidades |
| Introdução à Neurociência MCTC002-15 | 4-0-5 | 4/48h | Cognição |
| Memória e Aprendizagem | 4-0-4 | 4/48h | Cognição |

| | | | |
|---|-------|-------|--------------------|
| MCZC013-15 | | | |
| Pensamento Crítico BHP0202-15 | 4-0-4 | 4/48h | Humanidades |
| Políticas Culturais ESZP007-13 | 4-0-4 | 4/48h | Humanidades |
| Práticas em LIBRAS NHZ5022-18 | 0-4-2 | 4/48h | Humanidades |
| Psicologia Cognitiva MCTC011-15 | 4-0-4 | 4/48h | Cognição |
| Questões Atuais no Ensino de Ciências NHZ5014-15 | 2-0-2 | 2/24h | Educação |
| *Sociologia da Educação | 4-0-4 | 4/48h | Educação/Sociedade |
| Temas e Problemas em Filosofia BHP0201-15 | 4-0-4 | 4/48h | Humanidades |

Grupo G2 - Eixos Representação e Simulação; Informação e Comunicação

Este segundo grupo reporta-se a disciplinas de conteúdo temático, quer seja teórico ou tecnológico e aplicado, a respeito de temas em Matemática, Computação, Informação e Comunicação, Representação e interfaces com a Educação.

Tabela 8.3: Disciplinas de opção limitada do Grupo G2 - Representação e Simulação; Informação e Comunicação.

| Nome da Disciplina/ Código | T-P-I | Créditos/Horas | Eixos |
|---|-------|----------------|---------------------------|
| Álgebra Linear MCTB001-17 | 6-0-5 | 6/72h | Representação e Simulação |
| Álgebra na Educação Básica MCTD022-18 | 0-2-4 | 2/24h | Representação e Simulação |
| Análise na Educação Básica MCTD024-18 | 0-2-4 | 2/24h | Representação e Simulação |
| Cálculo Numérico MCTB009-17 | 4-0-4 | 4/48h | Representação e Simulação |
| Comunicação e Redes BCM0506-15 | 3-0-4 | 3/36h | Informação e Comunicação |
| Funções de Várias Variáveis BCN0407-15 | 4-0-4 | 4/48h | Representação e Simulação |
| Geometria Analítica BCN0404-15 | 3-0-6 | 3/36h | Representação e Simulação |
| Introdução à Probabilidade e à Estatística BIN0406-15 | 3-0-4 | 3/36h | Representação e Simulação |
| Introdução às Equações Diferenciais Ordinárias BCN0405-15 | 4-0-4 | 4/48h | Representação e Simulação |
| Métodos Quantitativos para Ciências Sociais ESH016-13 | 2-2-4 | 4/48h | Representação e Simulação |
| Natureza da Informação BCM0504-1 | 3-0-4 | 3/36h | Informação e Comunicação |
| Processamento da Informação BCM0505-15 | 3-2-5 | 5/60h | Informação e Comunicação |

| | | | |
|--|-------|-------|--------------------------|
| Processo e Desenvolvimento de Softwares Educacionais MCZA042-17 | 0-4-4 | 4/48h | Informação e Comunicação |
|--|-------|-------|--------------------------|

Grupo G3 - Eixos Energia; Estrutura da Matéria

O grupo G3 é formado por disciplinas de conteúdo temático teórico ou teórico-experimental a respeito das ciências físicas e químicas, alinhadas aos eixos de energia e estrutura da matéria.

Tabela 8.4: Disciplinas de opção limitada do Grupo G3 – Energia; Estrutura da Matéria

| Disciplina | T-P-I | Créditos/Horas | Eixos |
|---|-------|----------------|----------------------------------|
| Circuitos Elétricos e Fotônica ESTO001-17 | 3-1-5 | 4/48h | Energia |
| Fenômenos Eletromagnéticos BCJ0203-15 | 4-1-6 | 5/60h | Energia |
| Fenômenos Térmicos BCJ0205-15 | 3-1-4 | 4/48h | Energia |
| Física do Contínuo NHT3012-15 | 3-1-4 | 4/48h | Energia |
| Física do Meio Ambiente NHZ3084-15 | 4-0-4 | 4/48h | Energia |
| Física Ondulatória NHT3064-15 | 3-1-4 | 4/48h | Energia |
| Física Quântica BCK0103-15 | 3-0-4 | 3/36h | Estrutura da Matéria |
| Funções e Reações Orgânicas NHT4017-15 | 4-0-6 | 4/48h | Estrutura da Matéria/ Energia |
| Interações Atômicas e Moleculares BCK0104-15 | 3-0-4 | 3/36h | Estrutura da Matéria |
| Laboratório de Física I NHT3027-15 | 0-3-5 | 3/36h | Energia |
| Laboratório de Física II NHT3028-15 | 0-3-5 | 3/36h | Energia |
| Laboratório de Física III NHT3065-15 | 0-3-5 | 3/36h | Energia |
| Materiais e suas Propriedades ESTO006-17 | 3-1-5 | 4/48h | Estrutura da Matéria |
| Mecanismos de Reações Orgânicas NHT4024-15 | 4-0-6 | 4/48h | Estrutura da Matéria/ Energia |
| Óptica NHT3044-15 | 3-1-4 | 4/48h | Energia |
| Princípios de Termodinâmica NHT3049-15 | 4-0-6 | 4/48h | Energia |
| Química Analítica Clássica I NHT4051-15 | 3-3-6 | 6/72h | Estrutura da Matéria/ Energia |
| Química Analítica Clássica II NHT4050-15 | 3-3-6 | 6/72h | Estrutura da Matéria/ Energia |
| Química dos Elementos NHT4053-15 | 4-4-6 | 8/96h | Estrutura da Matéria |
| Química Orgânica Experimental NHT4041-15 | 0-4-6 | 4/48h | Estrutura da Matéria/ Energia |

Grupo G4 - Eixos Processos de Transformação; Ciências da Vida.

O grupo G4 é constituído por disciplinas que integram os eixos de processos de transformação e ciências da vida, versando sobre temas relacionados a determinadas áreas das ciências biológicas, químicas e bioquímicas.

Tabela 8.5: Disciplinas de opção limitada do Grupo G4 – Processos de Transformação; Ciências da Vida.

| Disciplina | T-P-I | Créditos/Horas | Eixos |
|--|-------|----------------|--|
| Biologia Celular NHT1053-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Bioquímica: estrutura, propriedade e funções de biomoléculas BCL0308-15 | 3-2-6 | 5/60h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Evolução NHT1062-15 | 4-0-4 | 4/48h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Evolução e Diversidade de Plantas I NHT1067-15 | 2-2-2 | 4/48h | Diversidade biológica |
| Evolução e Diversidade de Plantas II NHT1068-15 | 2-4-4 | 6/72h | Diversidade biológica |
| Fisiologia Vegetal I NHT1069-15 | 4-2-3 | 6/72h | Diversidade biológica |
| Fundamentos de Imunologia NHT1055-15 | 2-2-4 | 4/48h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Fundamentos de Morfofisiologia Humana NHT1091-16 | 4-2-6 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Fundamentos de Sistemática Vegetal NHT1092-16 | 3-3-3 | 6/72h | Diversidade biológica |
| Fundamentos de Zoologia dos Invertebrados NHT1093-16 | 4-2-3 | 6/72h | Diversidade biológica |
| Genética I NHT1061-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Geologia e Paleontologia NHT1030-15 | 2-2-4 | 4/48h | Fundamentos das ciências exatas e da terra |
| Histologia e Embriologia NHT1054-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Microbiologia NHT1056-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Morfofisiologia Humana I NHT1058-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Morfofisiologia Humana II NHT1059-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Morfofisiologia Humana III NHT1060-15 | 4-2-4 | 6/72h | Biologia celular, molecular e evolução |
| Sistemática e Biogeografia NHT1048-15 | 2-2-4 | 4/48h | Ecologia |
| Zoologia de invertebrados I NHT1063-15 | 2-4-3 | 6/72h | Diversidade biológica |
| Zoologia de invertebrados II NHT1064-15 | 2-4-3 | 6/72h | Diversidade biológica |
| Zoologia de vertebrados | 4-2-3 | 6/72h | Diversidade biológica |

| | | | |
|------------|--|--|--|
| NHT1065-15 | | | |
|------------|--|--|--|

Grupo G5 - Eixos Epistemologia; História e Filosofia das Ciências e da Matemática

O grupo G5 é constituído por disciplinas que abordam temas de Epistemologia, Filosofia e História das Ciências Naturais e da Matemática, apresentando um carácter singular porque em certo ângulo perpassa diversos domínios de conhecimento. Trata o estudo e a investigação de seus temas a partir de perspectivas históricas e de análises epistemológicas, por exemplo, acerca da história de determinada área das ciências naturais, sobre a evolução conceitual em matemática, da concepção de demonstração ou da avaliação empírica de teorias.

Tabela 8.6: Disciplinas de opção limitada do Grupo G5 – Epistemologia; História e Filosofia das Ciências e da Matemática.

| Disciplina | T-P-I | Créditos/Horas | Eixos |
|--|-------|----------------|---|
| Conhecimento e Técnica: perspectivas da Antiguidade e Período Medieval NHZ3001-15 | 4-0-4 | 4/48h | Epistemologia |
| Evolução da Física NHZ3008-15 | 4-0-4 | 4/48h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| Evolução dos Conceitos Matemáticos MCZB035-17 | 4-0-4 | 4/48h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| Filosofia da Matemática MCZB036-17 | 4-0-4 | 4/48 | Epistemologia |
| História da Matemática MCTD010-18 | 4-0-4 | 4/48h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| História das Ideias Biológicas NHZ1031-15 | 2-0-4 | 2/24h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| História e Ambiente NHZ1093-19 | 2-0-2 | 2/24h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| História e Filosofia da Ciência NHZ2045-11 | 4-0-4 | 4/48h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| História e Filosofia das Ciências e o Ensino de Ciências NHZ5017-15 | 4-0-2 | 4/48h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| *Introdução à Filosofia da Ciência | 4-0-4 | 4/48h | História e Filosofia das Ciências e da Matemática |
| Lógica Básica NHI2049-13 | 4-0-4 | 4/48h | Epistemologia |
| Nascimento e Desenvolvimento da Ciência Moderna NHZ3060-09 | 4-0-4 | 4/48h | Epistemologia |
| Teoria do Conhecimento Científico NHZ5015-09 | 4-0-4 | 4/48h | Epistemologia |

Grupo G6 - Eixo Práticas de Ensino

No grupo G6 encontram-se disciplinas que versam sobre questões relacionadas a práticas de ensino nas áreas de Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química, tendo por objetivo auxiliar o estudante na integralização das horas exigidas de práticas como

componentes curriculares. O estudante deve cursar o mínimo de 18 créditos dentre as disciplinas deste Grupo G6 a fim de completar as 400h de práticas como componentes curriculares necessárias para integralização do curso.

Tabela 8.7: Disciplinas de opção limitada do Grupo G6 – Práticas de Ensino.

| Disciplina | T-P-I | Créditos/Horas |
|--|--------------|-----------------------|
| Avaliação no Ensino de Química NHT4072-15 | 3-0-4 | 3/36h |
| Educação Estatística MCZD002-18 | 2-2-4 | 4/48h |
| Experimentação e Ensino de Química NHT4015-15 | 0-3-4 | 3/36h |
| Instrumentação para o Ensino de Ciências e Biologia NHT1086-16 | 0-4-4 | 4/48h |
| Livro Didático no Ensino de Conhecimentos Biológicos NHZ1095-19 | 2-2-4 | 4/48h |
| Livros Didáticos no Ensino de Química NHT4073-15 | 4-0-4 | 4/48h |
| Práticas de Ciências no Ensino Fundamental NHT5012-15 | 4-0-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Biologia I NHT1083-16 | 2-1-4 | 3/36h |
| Práticas de Ensino de Biologia II NHT1084-16 | 2-1-4 | 3/36h |
| Práticas de Ensino de Biologia III NHT1085-16 | 2-1-4 | 3/36h |
| Práticas de Ensino de Física I NHT3095-15 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Física II NHT3090-15 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Física III NHT3091-15 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Matemática I MCTD016-18 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Matemática II MCTD017-18 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Matemática III MCTD018-18 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Matemática IV MCTD019-18 | 2-2-4 | 4/48h |
| Práticas de Ensino de Química I NHT4030-15 | 3-0-4 | 3/36h |
| Práticas de Ensino de Química II NHT4071-15 | 0-3-4 | 3/36h |
| Práticas de Ensino de Química III NHT4032-15 | 3-0-4 | 3/36h |
| Práticas Discursivas da Ciência e Educação em Ciências NHZ1096-19 | 0-2-2 | 2/24h |
| Práticas Pedagógicas e Formativas em Museus de Ciências NHZ1097-19 | 2-2-4 | 4/48h |
| Recursos Didáticos para o Ensino de Química NHZ4074-15 | 4-0-4 | 4/48h |
| * Robótica Pedagógica com Projetos Interdisciplinares | 2-2-4 | 4/48h |

| | | |
|--|-------|-------|
| Tópicos de Ensino de Astronomia na Educação Básica MCZD006-18 | 2-2-4 | 4/48h |
|--|-------|-------|

8.4.3 Condição de integralização e regra de escolha para as disciplinas de opção limitada

Os grupos de disciplinas de opção limitada, conjuntamente com uma regra de escolha, constituem uma condição de integralização para a Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas. A condição de integralização reporta-se à exigência de cumprir certa diversidade orientada de conteúdos temáticos, em termos de disciplinas de opção limitada. A condição impõe basicamente que o licenciando escolha um número mínimo de disciplinas como disciplinas de opção limitada entre aquelas que compõem os seis grupos temáticos.

A condição de integralização formula-se nos seguintes termos: a integralização de créditos para a Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas impõe que o licenciando deve cursar necessariamente pelo menos uma (1) disciplina como disciplina de opção limitada pertencente a cada um dos grupos de disciplinas G1, G2, G3, G4 e G5, e também cursar no mínimo dezoito (18) créditos de práticas de ensino como componentes curriculares dentre as disciplinas pertencentes ao grupo G6.

A regra de escolha acerca da satisfação da condição de integralização consiste, então, em duas partes:

- O aluno deve escolher e cursar necessariamente pelo menos uma (1) disciplina de opção limitada pertencente a cada grupo de disciplinas G1, G2, G3, G4 e G5.
- O aluno deve escolher e cursar necessariamente um número de disciplinas de práticas de ensino pertencentes ao grupo G6 de modo que o total de créditos em práticas de ensino iguale-se ao valor mínimo de dezoito (18) créditos.

Atendidas a condição e a regra de integralização sobre as disciplinas de opção limitada, o licenciando pode escolher outras disciplinas de opção limitada dentre os grupos indicados, ou outras de acordo com as indicações da graduação em licenciatura específica que eventualmente pretenda, de acordo com as resoluções da UFABC que estabelecem a natureza das disciplinas de opção limitada.

8.5 MATRIZ CURRICULAR SUGERIDA

O primeiro conjunto de disciplinas obrigatórias comuns a todos os ingressantes através dos dois cursos de Licenciaturas Interdisciplinares (LCNE e LCH), indicadas na matriz por “[LI]”, visa proporcionar uma formação didática e pedagógica geral relativa às temáticas fundamentais associadas à formação docente, tais como: a natureza da função docente, a estruturação do sistema educacional, as políticas públicas voltadas para a educação escolar, as distintas realidades escolares, as relações entre escola e sociedade, a organização do trabalho pedagógico na escola, desenvolvimento cognitivo do ser humano e perspectivas para a realização de pesquisas na área educacional. Este primeiro conjunto de disciplinas sugeridas constituem os dois primeiros quadrimestres integralmente e parte do terceiro quadrimestre.

Nesse conjunto há o compartilhamento de certas disciplinas com os Bacharelados Interdisciplinares, indicadas por “[BI/LI]”.

O segundo conjunto é obrigatório exclusivamente aos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas, sendo indicado na matriz por “[LCNE]”. Este conjunto tem por objetivo propiciar uma abordagem interdisciplinar de temas que são objetos de estudo das Ciências Naturais e Exatas, com os conteúdos estudados à luz de suas perspectivas conceituais, formais e de seu ensino. Nesse conjunto, há o compartilhamento de disciplinas com o Bacharelado em Ciência e Tecnologia, indicadas por “[BCT/LCNE]”.

No quadro 2 é apresentada a matriz curricular sugerida, destacando-se as disciplinas obrigatórias.

Quadro 2: Matriz curricular sugerida explicitando-se os componentes curriculares obrigatórios.

| | | | | | | |
|--|--|---|--|---|--|--|
| 1º quadrimestre 19 créditos | Ciência, Tecnologia e Sociedade [BI/LI] (3-0-4) BIR0603-15 | Desenvolvimento e Aprendizagem [LI] (4-0-4) NHI5001-15 | Práticas escolares em educação especial e inclusiva [LI] (2-2-4) NHZ5023-18 | Bases Conceituais da Energia [BI/LI] (2-0-4) BIJ0207-15 | Bases Computacionais da Ciência [BI/LI] (0-2-2) BIS0005-15 | Tópicos Contemporâneos em Educação e Filosofia [LI] (4-0-4) NHZ2099-16 |
| 2º quadrimestre 20 créditos | Estrutura e Dinâmica Social [BI/LI] (3-0-4) BIQ0602-15 | Políticas Eduacionais [LI] (3-0-3) NHI5011-13 | LIBRAS [LI] (4-0-2) NHI0515-15 | História da Educação [LI] (4-0-4) NHZ5016-15 | Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação [LI] (3-0-3) NHZ5019-15 | Bases Epistemológicas da Ciência Moderna (3-0-4) [BI/LI] BIR0004-15 |
| 3º quadrimestre 15 créditos | Estudos Étnico- Raciais [LI] (3-0-4) BHQ0002-15 | Didática [LI] (4-0-4) NHI5002-15 | Metodologias de Pesquisa em Educação [LI] (2-0-4) | Biodiversidade: interações entre organismo e ambiente [BCT/LI] (3-0-4) BCL0306-15 | Estrutura da Matéria [BCT/LCNE] (3-0-4) BIK0102-15 | |
| 4º quadrimestre 15 créditos | Bases Matemáticas [BCT/LCNE] (4-0-5) BIS0003-15 | Base Experimental das Ciências Naturais [BCT/LCNE] (0-3-2) BCS0001-15 | Evolução e Diversificação da Vida na Terra [BCT/LCN] (3-0-4) BIL0304-15 | Transformações Químicas [BCT/LCNE] (3-2-6) BCL0307-15 | | |
| 5º quadrimestre 9 créditos | Funções de uma Variável [BCT/LCNE] (4-0-6) BCN0402-15 | Fenômenos Mecânicos [BCT/LCNE] (4-1-6) BCJ0204-15 | | | | |
| 6º quadrimestre | | | | | | |
| 7º Quadrimestre 4 créditos | Práticas de Ensino de Ciências e Matemática no Ensino Fundamental [LCNE] (4-0-4) NHT5013-15 | | | | | Estágio I no ensino fundamental |
| 8º quadrimestre | | | | | | Estágio II no ensino fundamental |
| 9º quadrimestre | | | | | | Estágio III no ensino fundamental |
| 10º quadrimestre | | | | | | |
| 11º quadrimestre | | | | | | |
| 12º quadrimestre | | | | | | |

A fim de viabilizar a integralização do curso em 4 anos (12 quadrimestres) letivos, recomenda-se ao estudante que complete os espaços na matriz sugerida no Quadro 2 de modo a perfazer em média 20 créditos por quadrimestre.

Através da carga horária prevista para disciplinas livres e de opção limitada o estudante que assim desejar pode traçar seu percurso acadêmico de modo a formar-se como professor para atuar na docência no ensino médio em uma das áreas temáticas específicas do conhecimento: Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química. Desse modo, é possível ao estudante aprofundar-se em conteúdos específicos da área escolhida e nas questões relacionadas às práticas de ensino que a envolvem.

8.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO CURSO

O curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas da UFABC oferece uma matriz curricular diversificada, que tem como objetivo proporcionar uma formação ampla e interdisciplinar com relação aos conhecimentos das Ciências Naturais e Exatas e suas articulações com o ensino, a pesquisa e a extensão. As metodologias adotadas nas disciplinas buscam estimular as interações professor-aluno, aluno-aluno e aluno-recursos didáticos na mediação do processo de construção dos conhecimentos, colocando o estudante no centro dos processos de ensino e aprendizagem. Diferentes estratégias e metodologias são contempladas no sentido de instigar intelectualmente os estudantes para que se tornem participantes ativos e autônomos na construção de seu conhecimento. Somado às disciplinas, o licenciando tem ainda oportunidade de vivenciar a experiência docente em outros ambientes de educação (museus, editoras, ONGs, jornais, etc.) por meio de atividades desenvolvidas durante o curso. Assim, a perspectiva de atuação para o egresso do curso não se restringe à escola básica, embora seja este o campo premente de demanda deste tipo de profissional. Em suma, no planejamento e desenvolvimento dos componentes curriculares recomenda-se especial atenção para:

- Integrar descobertas recentes das pesquisas às práticas de ensino;
- Utilizar práticas de ensino inovadoras e criativas, resultantes de pesquisas recentes na área e do incentivo à capacitação contínua do corpo docente;
- Utilizar experiências de extensão e cultura para gerar novos temas de pesquisa e novas práticas de ensino;
- Fazer uso das tecnologias da informação e comunicação de modo transversal ao currículo para desenvolver novas práticas de ensino, em um contexto social onde a aprendizagem e o acesso à informação tornam-se ubíquos;
- Promover e valorizar a elaboração de material didático inovador próprio, consistente com o regime quadrimestral e com as novas metodologias de ensino, para atender as disciplinas;
- Promover e valorizar a elaboração de material para divulgação científica e democratização do conhecimento.

9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

A UFABC possui diversos projetos e ações acadêmicas complementares à formação do estudante. Eles são viabilizados pela própria instituição e podem auxiliar, em certos casos, inclusive a completar as horas de atividades teórico-práticas (previstas no Art. 12, inciso III da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015) necessárias à obtenção do título de licenciado (conforme item 10 deste documento). Dentre as atividades acadêmicas complementares à formação do estudante, destacam-se:

Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT). Tem como objetivo promover a adaptação do aluno ao projeto acadêmico da UFABC, orientando-o para uma transição tranquila e organizada do Ensino Médio para o Superior, em busca de sua independência e autonomia e a fim de torná-lo realizador de sua própria formação. O tutor é um docente dos quadros da UFABC que será responsável por acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno e orientá-lo em questões pertinentes à gestão de sua vida acadêmica na UFABC. Será seu conselheiro, a quem deverá recorrer quando houver dúvidas a respeito de escolha de disciplinas, trancamento, estratégias de estudo etc. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/peat>>.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA) da UFABC. Este programa desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação prevê, dentre outras atribuições, prestar orientações referentes a estudo, matrícula e matrizes curriculares dos Cursos Interdisciplinares. Tem como objetivos identificar fatores que interferem no desempenho acadêmico dos estudantes, bem como valores de índices de desempenho acadêmico e de reprovação, evasão, desligamento, cancelamento de disciplinas, trancamento de matrícula e condição para integralização de cursos, permitindo a detecção precoce dos alunos com potencial dificuldade acadêmica.

Projeto Monitoria Acadêmica. A Monitoria Acadêmica compreende uma atividade formativa de ensino que visa propiciar apoio acadêmico aos estudantes da Graduação da UFABC; despertar a docência no estudante monitor, bem como estimular a responsabilidade, autonomia, cooperação e empenho nas atividades acadêmicas. Objetiva-se, igualmente, a interação entre discentes e docentes e o auxílio no desenvolvimento das atividades didáticas dos cursos de graduação, promovendo ações voltadas para a melhoria do aprendizado e do aproveitamento acadêmico. As atividades desenvolvidas na Monitoria Acadêmica totalizam 10 (dez) horas semanais, distribuídas a critério do docente responsável. Ao estudante participante será oferecida bolsa, de acordo com o edital vigente para a atividade. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/monitoria>>.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que visa fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições de Educação Superior, bem como preparar a formação de docentes em nível superior, em curso de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública. Disponível em: <<http://pibidufabc.wordpress.com/>>.

Projetos de Iniciação Científica. A Iniciação Científica da UFABC permite introduzir o aluno de graduação na pesquisa científica, visando colocá-lo desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Tem como característica o apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado para a

formação do espírito crítico e para o desenvolvimento de um olhar investigativo. Dentro deste contexto, a UFABC possui os seguintes programas:

Programa Pesquisando desde o Primeiro Dia (PDPD). É um Programa de iniciação científica com concessão de bolsas, destinado a alunos ingressantes na Universidade. Seus recursos são provenientes da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes). Este programa tem como objetivos introduzir os alunos nas práticas de pesquisa científica, acelerar o processo de formação científica, incentivar o aluno a conhecer projetos de pesquisa científica nos diferentes campos do saber, dentre outros.

Programa de Iniciação Científica (PIC/UFABC). Programa de concessão de bolsas financiadas pela própria UFABC para estudantes a partir de segundo ano, os quais podem ser bolsistas ou também podem optar pelo regime voluntário, em particular se estiverem realizando estágio remunerado de outra natureza. Neste programa são oferecidas condições para o desenvolvimento da criatividade e aprendizagem de metodologias científicas, tem duração de 12 meses e possui como principal critério de seleção o CR – Coeficiente de Rendimento.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Programa de concessão de bolsas do CNPq, através do qual a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) obtém anualmente uma quota institucional de bolsas. Neste programa são oferecidas condições para o desenvolvimento da criatividade e aprendizagem de metodologias científicas, tem duração de 12 meses e possui como principal critério de seleção o CR – Coeficiente de Rendimento.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) nas Ações afirmativas. Programa análogo ao supracitado de mesmo nome, mas voltado para estudantes que ingressaram na Universidade por meio das políticas afirmativas.

Ações de Extensão e Cultura. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC (ProEC) promove e incentiva os estudantes a realizarem e participarem de ações de Extensão e Cultura, na modalidade de bolsista ou voluntário. Os processos seletivos ocorrem através de editais específicos, abrangendo diversas ações como cursos, oficinas, projetos e outras que ultrapassam o âmbito do ensino e da pesquisa. Os alunos da universidade, de modo geral, podem se inscrever em quaisquer projetos de extensão, segundo interesse mais específico, em sua área de formação ou mais amplo em áreas ou temáticas não diretamente a ela ligadas. Disponível em: <<http://proec.ufabc.edu.br/>>.

Cursos de Língua Estrangeira. São regularmente ofertados pelo Núcleo de Tecnologias Educacionais e Linguagens (Netel). Informações disponíveis em <http://nte.ufabc.edu.br/>.

Programas de Internacionalização. Os programas de internacionalização da UFABC têm finalidade estratégica para a consolidação da universidade como instituição de ensino de excelência e como polo internacional de produção e difusão de conhecimentos científicos.

Projeto de Monitoria Inclusiva. Trata-se de um auxílio para alunos de graduação que se dedicam 10 horas semanais em atividades de ações afirmativas ao aluno com deficiência. O rol de atividades desta monitoria consiste em: dar suporte como leitor, escreva, audiodescritora de figuras, imagens, desenhos e vídeos em sala de aula. Outra atividade que também demanda atenção do Monitor Inclusivo (MI) é a adaptação de materiais e livros usados por alunos cegos ou com baixa visão, do qual sem tal atividade, muitos alunos não teriam acesso à bibliografia utilizada no curso. Disponível em:

<http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=200&Itemid=252>.

Programas de acessibilidade: são desenvolvidos pela Pró-Reitoria de ações afirmativas (PROAP) e visam dar suporte a estudantes com necessidades especiais de acessibilidade ou outras necessidades, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, entre outros. A PROAP fornece suporte aos docentes; cursos de capacitação interna e extensionista; acesso às tecnologias assistivas; monitoria inclusiva (conforme citado acima); seminários; bolsas de Auxílio Acessibilidade, um subsídio financeiro visando o acesso a materiais didáticos e equipamentos de Tecnologia Assistiva necessários ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, com a finalidade de auxiliar o(a) estudante com deficiência e/ou reconhecidos(as) como pessoa com deficiência assistidos(as) pelo Núcleo de Acessibilidade, para que tenha condições materiais para se dedicar ao curso no qual está inscrito(a) em igualdade de condições com os demais estudantes. Além de editais para subsídio financeiro em apoio a estudantes portadores de necessidades.

Disponível

em:

http://proap.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=237

Auxílio Eventos Estudantis de Caráter Científico, Acadêmico ou Tecnológico. A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) disponibiliza bolsa auxílio para apoiar financeiramente a participação de estudantes em simpósios, seminários, workshops, congressos nacionais e internacionais, visando à apresentação de trabalhos científicos, acadêmicos ou tecnológicos, possibilitando ao estudante o custeio de despesas referentes ao pagamento de taxa de inscrição e custos de viagem em eventos fora da UFABC. O Auxílio pode ser utilizado, exclusivamente, para suprir as despesas referentes a passagens terrestres ou aéreas, diárias de hospedagem, taxa de inscrição e material gráfico.

Programas de Apoio aos Estudantes de graduação. Têm por finalidade a democratização das condições de permanência no ensino superior dos estudantes comprovadamente em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. A Seção de Bolsas e Auxílios da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP) é responsável pela execução dos Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário da UFABC (Resolução CONSUNI nº 88/2012). As modalidades dos Programas de Apoio oferecidas atualmente são: Bolsa Permanência e Auxílios Moradia, Alimentação, Creche e Emergencial.

Programa de Educação Tutorial (PET). Tem como proposta desenvolver atividades que propiciem a ciência, tecnologia e inovação de dentro para fora da Universidade, conscientizando seus discentes da sua importância e de como fazer, assim como proporcionar ao corpo docente um ambiente favorável ao seu desenvolvimento e dar acesso a qualquer comunidade a esse recurso tanto acadêmica quanto externamente. Na UFABC, o primeiro grupo PET é o grupo "Ciência, Tecnologia e Inovação" que iniciou suas atividades em dezembro de 2010 com a Profa. Dra. Paula Homem de Mello (CCNH). O grupo conta atualmente com 12 alunos bolsistas com notável desempenho acadêmico e que são provenientes de diferentes cursos de graduação. Esses alunos desenvolvem atividades de pesquisa, ensino e extensão sob a responsabilidade da tutora Profa. Dra. Elizabeth Teodorov (CMCC) e conta com a colaboração de diversos professores.

10 ATIVIDADES TEÓRICO - PRÁTICAS

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Licenciatura (Resolução CNE/CP nº 2/2015) determinam o cumprimento de um terceiro núcleo de atividades acadêmicas, denominado “Atividades Teórico-Práticas de estudos integradores para enriquecimento curricular”, definido em, no mínimo, 200h nas seguintes atividades:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Ainda de acordo com a referida resolução, tais atividades podem ser cumpridas “por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição”.

Desta forma, as 200h de atividades teórico-práticas em estudos integradores para enriquecimento curricular da LCNE são estruturadas da seguinte forma:

- Mínimo de 80h para ações de extensão e cultura, desde que registradas e reconhecidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, ou órgãos correlatos de outras IES;
- Mínimo de 120h para Atividades Complementares cumpridas dentre aquelas determinadas pela Resolução C.G. nº 11 – 28/06/2016 que dispõe sobre normas para atividades complementares dos cursos de formação interdisciplinar da UFABC, e/ou através da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O PIBID contabiliza 10 horas por mês de participação no Programa, limitada a 100 horas por ano.

11 ESTÁGIO CURRICULAR

11.1 Concepção pedagógica

O estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas da UFABC busca proporcionar uma compreensão do processo de ensino-aprendizagem referenciada na escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com os atores escolares, quanto às relações das escolas com o seu entorno. Conforme a Lei nº 11.788, 25 de setembro de 2008:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

Da mesma forma, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e, em especial, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº02 de 01 de julho de 2015, estabelecem a obrigatoriedade do estágio supervisionado para integralização dos cursos de graduação de licenciatura e asseguram que a concepção pedagógica e de formação dos cursos de licenciatura atendam a determinadas condições. Também, o conteúdo da Resolução evidencia que o estágio supervisionado visa consolidar a unidade teoria-prática, preconizada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura. Espera-se que os licenciandos tenham uma postura investigativa, compreendendo a escola como espaço de pesquisa e reflexão, como espaço institucional e de realização de atividades, de produção de currículo e ensino-aprendizagem, e não apenas de reprodução, tendo claro que a escola não se restringe a ser espaço institucional e tampouco será o único espaço de atividade de ensino-aprendizagem.

No que tange a UFABC, além dos documentos mencionados, há em particular a Resolução da Comissão de Graduação nº18, 11 de outubro de 2017, que regulamenta as normas para a realização de Estágio Supervisionado dos cursos de Licenciatura da UFABC, para alunos ingressantes a partir de 2017. Nesta Resolução, estão indicados os objetivos dos estágios supervisionados:

O Estágio Supervisionado constitui-se em componente curricular obrigatório dos Cursos de Licenciatura, conforme previsto em legislação, e tem por objetivos principais:

- I – proporcionar a vivência e análise de situações reais de ensino-aprendizagem;
- II – capacitar o licenciando a vivenciar e buscar soluções para situações-problema no contexto prático, a partir de sua base de conhecimentos teóricos, considerando criticamente os aspectos científicos, éticos, sociais, econômicos e políticos que envolvem a prática docente;
- III – favorecer a integração da UFABC ao contexto social no qual a Instituição insere-se, em consonância com o compromisso da UFABC com a Educação Pública.

Espera-se que os licenciandos desenvolvam uma postura investigativa compreendendo a escola como espaço de ensino, aprendizagem, pesquisa, de reflexão sobre as práticas e de dinâmica adequação entre conteúdos e métodos. Em outro sentido, a escola como espaço de produção de currículo, e não apenas de reprodução. A partir dessas considerações, o estágio supervisionado para a Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Exatas (LCNE) tem como princípios específicos:

1. Proporcionar a experiência didático-pedagógicas e a análise crítica de conteúdo e de método quanto ao desenvolvimento de situações de ensino-aprendizagem, utilizando o próprio espaço escolar institucional;
2. Fomentar o desenvolvimento da criticidade acerca dos aspectos científicos, éticos, sociais, econômicos e políticos que envolvem a prática docente no espaço escolar institucional;
3. Capacitar o licenciando a vivenciar e desenvolver soluções com autonomia no tocante às situações-problema no contexto da prática didático-pedagógica no espaço escolar institucional e em outras atividades associadas, *e.g.*, em museus, feiras de ciência e cultura;
4. Promover experiências didático-pedagógicas e análise de situações-problema inabituais e singulares para o desenvolvimento de saberes profissionais, *e.g.*, sobre métodos adequados, e a construção da identidade didático-pedagógica quanto à docência;
5. Promover a experiência, a análise crítica e adequação de ensino-aprendizagem e atividade profissional em outros espaços institucionais (ou espaços de educação não propriamente escolar), que se distinguem do espaço escolar institucional *e.g.*, bibliotecas, museus;
6. Por intermédio de atividades associadas ao ensino-aprendizagem em sentido amplo, favorecer a integração e a crítica da atuação da UFABC ao contexto social em que ela se insere.

Entendendo que experiências diversificadas no decorrer do período de estágio contribuem para ampliar e aprofundar a visão do licenciando não apenas sobre o trabalho docente cotidiano, mas também acerca da construção da identidade docente, o estágio não se restringirá aos procedimentos de observação, intervenção didática e reflexão sobre eventos da sala de aula e do ambiente escolar institucional.

11.2 Caracterização dos módulos do estágio supervisionado

No âmbito da concepção e das peculiaridades da Licenciatura Interdisciplinar na UFABC e do projeto pedagógico da Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas, os estágios supervisionados ora caracterizados atendem a certos princípios e propósitos orientadores. Há um sentido no qual os módulos de estágios supervisionados devem realizar os princípios e propósitos assinalados.

Um primeiro princípio diz respeito aos diversos e variados modos de entender, conceber e praticar o ensino de temas de ciências naturais e matemática, em domínios distintos: a vivência de experiências didático-pedagógicas reais, a atuação de docência que acontece em espaços escolares formais e não formais de educação, a educação pública como atuação do Estado, os espaços privados destinados à atividade de educação. A existência da escola e da docência em um contexto social e a formação profissional. A atividade de docência com o propósito de realizar intervenções no cotidiano dos alunos ou de um público, a partir de temas das áreas de ciência e cultura, as realizações de civilizações e história, sistemas conceituais, ultrapassando o cotidiano e os objetivos econômicos.

O segundo princípio concerne à atenção com a formação profissional em docência, em relação ao mercado de trabalho, na educação básica, em escolas públicas e privadas, levando em conta as oportunidades profissionais relativas ao desenvolvimento de trabalho junto aos espaços não formais habituais de educação (*e.g.*, museus, bibliotecas, organizações de educação inclusiva). O estudo, a experiência, a análise crítica dos métodos e ensino, dos objetos didático-pedagógicos e o uso de tecnologias de informação e comunicação compõem a formação em docência.

Os módulos de estágio supervisionado estão correlacionados a algumas práticas de ensino como componente curricular obrigatório. Em certo sentido, as práticas de ensino e os módulos de estágio supervisionado complementam-se na formação em atividades teórico-práticas próprias para um licenciando. Embora os módulos de estágio supervisionado estejam focados no ensino e na educação pública, ou na função pública da educação, não se excluem as experiências e análise crítica de atividades vinculadas ao ensino privado confessional ou secular, (*e.g.*, conteúdos temáticos, situações-problema, inter-relações escola-comunidade).

11.3 Estrutura do estágio supervisionado

Tendo em consideração os propósitos próprios da Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas e o caráter interdisciplinar da concepção, os estágios supervisionados estão divididos em cinco módulos. Três módulos atendem a princípios e propósitos particulares da formação didático-pedagógica do licenciando para o Ensino Fundamental e há independência e, também, correlação entre os módulos. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2 (01 de julho 2015), a quantidade de horas mínimas que deve ser feita iguala-se a 400 horas de estágio supervisionado. A caracterização, a segmentação e a quantificação das horas e, também, o acompanhamento do professor orientador, entre os estágios supervisionados associam-se à temática, à prática e ao método propostos para cada módulo particular. Os módulos possibilitam distintos tipos de modos de atuação em espaços escolares habituais e espaços não-formais, não obstante espaços de educação.

Do ponto de vista administrativo-acadêmico, o estágio supervisionado assume caráter disciplinar e, então, há exigência da matrícula regular dos alunos em cada um dos 05 módulos de 80 horas de estágios supervisionados, em que são distribuídas o total de 400 horas necessárias. Com efeito, três desses módulos devem ser realizados nos anos finais do ensino fundamental e os demais no Ensino Médio em componentes curriculares à escolha do licenciando. Bem assim, em conformidade com o período letivo quadrimestral da UFABC, a divisão cronológica (ou letiva) de cada módulo é quadrimestral.

Atualmente, a condição mínima para que um licenciando matricule-se nos módulos de estágios supervisionados está explicitada no texto da Resolução da Comissão de Graduação nº

18 de 11 de outubro de 2017. Recomenda-se que os módulos de estágio sejam realizados um a cada quadrimestre a partir do terceiro ano de curso, em concomitância com as práticas de ensino relacionadas. Vale ressaltar que 160 horas da carga dos módulos de estágios supervisionados têm caráter de opção limitada, com o estudante podendo escolher dentre os módulos de estágio oferecidos pelos demais cursos de licenciatura da UFABC.

Quadro 3: Módulos de estágio supervisionado com respectivas cargas horárias.

| | | |
|---------------------------------------|---|------|
| Estágios obrigatórios | Estágio I no Ensino Fundamental | 80h |
| | Estágio II no Ensino Fundamental | 80h |
| | Estágio III no Ensino Fundamental | 80h |
| Estágios em caráter de opção limitada | Estudante escolhe outros 2 módulos de estágio, com 80h cada um, dentre os oferecidos pelos cursos de Licenciatura da UFABC. | 160h |
| TOTAL | | 400h |

Explicita-se que adicionalmente à carga horária de cada módulo, o licenciando deverá cumprir as metas estabelecidas pelos respectivos planos de estágio, no qual constarão as orientações e atividades propostas pelo orientador de estágio, de acordo com o particular módulo de estágio. O licenciando deverá frequentar também as reuniões periódicas, individualmente ou em grupo, presididas pelo orientador de estágio, destinadas à exposição, à discussão e à avaliação do desenvolvimento das atividades no módulo de estágio.

Admitindo basicamente educação pública ou a função pública da educação, segue uma breve descrição dos módulos obrigatórios de estágios supervisionados:

Estágio I no Ensino Fundamental: atuação no espaço escolar institucional (e formal), como processo de experimentação e realização de atividades que busquem a análise de dimensões administrativas, organizacionais e institucionais da escola, de um lado, como parte do Estado e o docente como agente de Estado e, de outro, fragmento de uma existência social concreta. Neste aspecto, a experiência das políticas e diretrizes oficiais de Estado e os processos de precarização e desvalorização do espaço escolar, a marginalização e exclusão escolar. Também, estudo e análise das sequências didáticas e dos objetos de aprendizagem (*i.e.*, aqueles objetos que são transformados em objetos didático-pedagógicos), de produção de programas de ensino e de planos de aula, em termos da experiência prática do espaço escolar da sala de aula. Atividades de acompanhamento dos processos de planejamento, a análise das inter-relações escola-comunidade, percepções da comunidade sobre a escola, observação de atividades extraclasse, entrevistas com os diversos atores sociais da escola, a análise de produções de alunos, produção de linguagens diversas, verbais e não-verbais (*e.g.*, audiovisuais) a análise de situações-problema, a realização de estudos de caso, dentre outras atividades, estudo de modos de avaliação do ensino-aprendizagem. Ter e compreender a experiência e a contraposição teórico-prática da atividade didático-pedagógica: por intermédio do espaço escolar, colocar um mundo face a outro mundo.

Estágios II e III no Ensino Fundamental: atuar na área temática de ciências naturais e matemática, nos anos finais do Ensino Fundamental, considerando temas e questões específicas de ensino-aprendizagem e formação didático-pedagógico. Por exemplo, tratando da compreensão e produção de linguagens diversas, verbais e não verbais, a análise de

situações-problema, a realização de estudos de caso acerca do ensino-aprendizagem de temas conceituais específicos por meio de recursos didático-pedagógicos e de vivências práticas. Deste modo, debruçar-se sobre a atuação em conhecer, experimentar, investigar, problematizar, intervir, por exemplo, a respeito dos materiais didáticos e paradidáticos, das metodologias e práticas de ensino, as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e avaliação quanto ao ensino-aprendizagem do aluno. Contrapostos ao estudo e à análise das sequências didáticas e dos objetos didático-pedagógicos, de produção de programas de ensino e de planos de aula; e, também, contrapostos às vivências com os saberes da experiência de profissionais docentes que atuam, experiência indireta de alunos sobre a prática didático-pedagógica e seu complemento à prática ensino-aprendizagem.

A partir das áreas temáticas de ciências naturais e matemática, ressaltamos a possibilidade de atuação do licenciando estagiar em espaços de educação não formal e em espaço não escolar, entretanto de forma institucional. Desenvolver uma experiência teórico-conceitual sobre temas e uma prática de ensino-aprendizagem destinada a um público diverso, que pode frequentar espaços não escolares e, não obstante, espaços formais de educação ou desenvolvimento de atividades ensino-aprendizagem (e, logo, didático-pedagógicas). Por exemplo, bibliotecas, museus, centros culturais, salas de música, centros de ensino e eventos de ciência e cultura; e público de idades variadas, culturas diversas, terceira idade. A atuação trata da experiência quanto aos temas, situação-problema, questões didático-pedagógicas, material didático, adequação da linguagem e dos conteúdos ao contexto (ou a prática da contextualização quanto ao ensino-aprendizagem), utilização de recursos distintos quanto à intervenção didática, por exemplo, recursos de tecnologia da informação, oficinas, laboratório-ateliê, jogos teatrais, objetos didáticos-pedagógicos.

De modo sintético, vale a ênfase que a Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas corresponde a uma integralização própria em si mesma e, portanto, o licenciando deverá cursar obrigatoriamente as 400 h de estágio curricular, ou seja, os cinco módulos de 80 horas cada, sendo que desses, três módulos ou 240 horas serão obrigatoriamente nos anos finais do Ensino Fundamental. Os outros dois módulos (160 horas) que completarão as 400 horas serão realizados através de quaisquer módulos de estágio ofertados pelos cursos de licenciatura da UFBC, conforme escolha do estudante.

A dinâmica das políticas nacionais de formação de professores e, também, o fomento de programas de profissionalização docente podem condicionar a criação e a reorganização dos módulos de estágios supervisionados, os conteúdos, o número e a estrutura dos módulos de estágio ora proposta. Novos modelos de residência docente ou residência pedagógica, que compreendem uma divisão cronológica dos módulos de estágio supervisionado diferentes da quadrimestral, poderão ser adotados e resultar em aproveitamento de horas para os módulos convencionais de estágio supervisionado.

Referência

Resolução CG/Prograd n° 018/2017. Regulamenta as normas para a realização de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UFABC, para alunos ingressantes a partir de 2017. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/cg/2017/resolucao_cg_018_2017.pdf. Acesso em: 18 mai. 2018.

12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é realizada por meio de conceitos. O sistema de avaliação da UFABC permite uma análise mais qualitativa do aproveitamento do estudante. Os parâmetros adotados para a avaliação de desempenho e a atribuição de conceitos são apresentados a seguir:

12.1 CONCEITOS

A - Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso da matéria. **Valor 4** no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

B - Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina. **Valor 3** no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

C - Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados. **Valor 2** no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

D - Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente. **Valor 1** no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

F - Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito. **Valor 0** no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

O - Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito. **Valor 0** no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).

I - Incompleto. Indica que uma pequena parte dos requerimentos do curso precisa ser completada. Este grau deve ser convertido em A, B, C, D ou F antes do término do quadrimestre subsequente.

E - Disciplinas equivalentes cursadas em outras escolas e admitidas pela UFABC. Embora os créditos sejam contados, as disciplinas com este conceito **não participam do cálculo do CR ou do CA**.

T - Disciplina cancelada. Não entra na contabilidade do CR ou do CA.

12.2 CÁLCULO DOS COEFICIENTES

Definições dos coeficientes de desempenho

Com base nos conceitos atribuídos às disciplinas, a avaliação dos estudantes deverá ser feita, também, por meio dos seguintes coeficientes, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 147, 17 mar. 2013:

O Coeficiente de Rendimento (CR) é um número indicativo do desenvolvimento do aluno no curso, cujo cálculo considera os conceitos obtidos em todas as disciplinas por ele cursadas. O cálculo do CR leva em conta a média ponderada dos conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno, considerando seus respectivos créditos;

Coeficiente de Aproveitamento (CA) é definido pela média dos melhores conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno;

Coeficientes de progressão acadêmica (CPk) é definido adiante, referente a um conjunto de disciplinas k, sejam elas obrigatórias ou de opção limitada.

Cálculo do Coeficiente de Rendimento (CR)

$$CR = \frac{\sum_{i=1}^{NC} C_i \cdot f(N_i)}{\sum_{i=1}^{NC} C_i}$$

NC = número de disciplinas cursadas até o momento pelo aluno;

i = índice de disciplina cursada pelo aluno (i= 1,2,...,NC);

Ci = número de créditos da disciplina i;

Ni = conceito obtido pelo aluno na disciplina i; f(A) = 4; f(B)= 3; f(C)= 2; f(D)= 1; f(F)= f(O)= zero.

Cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA)

$$CA = \frac{\sum_{i=1}^{ND} CR_i \cdot f(MC_i)}{\sum_{i=1}^{ND} CR_i}$$

ND = Número de disciplinas diferentes cursadas pelo aluno;

i = índice de disciplina cursada pelo aluno, desconsideradas as repetições de disciplinas já cursadas anteriormente (i= 1,2,...,ND);

CRi = número de créditos da disciplina i;

MCi = melhor conceito obtido pelo aluno na disciplina i, considerando todas as vezes que ele tenha cursado;

f(A) = 4; f(B)= 3; f(C)= 2; f(D)= 1; f(F)= zero; f(O)=zero.

Cálculo do Coeficiente de Progressão (CPk)

$$CP_k = \frac{n_{obr}^k + \min[(N_{lim}^k + N_{livre}^k), n_{lim}^k + \min(n_{livre}^k, N_{livre}^k)]}{NC_k}$$

Sendo que:

n_{obr}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas obrigatórias do curso k;

n_{lim}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas de opção limitada do curso k;

n_{livre}^k é o número de créditos aprovados em disciplinas livres do curso k;

N_{obr}^k é o número de créditos exigidos em disciplinas obrigatórias do curso k;

N_{lim}^k é o número de créditos exigidos em disciplinas de opção limitada do curso k;

N_{livre}^k é o número de créditos propostos em disciplinas livres do curso k;

$$NC_k = N_{obr}^k + N_{lim}^k + N_{livre}^k$$

12.3 FREQUÊNCIA

A frequência mínima obrigatória para aprovação é de 75% das aulas ministradas e/ou atividades realizadas em cada disciplina.

12.4 AVALIAÇÃO

Os conceitos a serem atribuídos aos estudantes, em uma dada disciplina, não precisam estar rigidamente relacionados a qualquer nota numérica de provas, trabalhos ou exercícios. Os resultados também considerarão a capacidade do aluno de utilizar os conceitos e material das disciplinas, criatividade, originalidade, clareza de apresentação e participação em sala de aula e laboratórios. O aluno, ao iniciar uma disciplina, será informado sobre as normas e critérios de avaliação que serão considerados.

Em particular no âmbito do curso, a avaliação deve ser compreendida como etapa dialógica no processo de construção do conhecimento, momento em que privilegiadamente os discentes manifestam-se acerca das teorias e práticas estudadas, ocasionando, inclusive a reorientação das atividades de ensino conduzidas prioritariamente pelos professores.

Com intuito semelhante, em dimensão mais ampla, a avaliação deverá englobar, também, outras esferas da vida do curso e da universidade, incluindo-se aqui as noções de avaliações pedagógicas, estruturais, processuais e a própria auto avaliação institucional⁷. Estes processos avaliativos mais amplos devem ocorrer periodicamente e sob a responsabilidade da Coordenação do Curso ou, quando for o caso, sob a responsabilidade da CPA e com acompanhamento da Coordenação do Curso.

⁷ Os processos de avaliação do Projeto Pedagógico e Avaliação Institucional serão tratados no item 16 deste Projeto.

12.5 CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO

O discente que faltar à avaliação presencial poderá realizá-la sob a forma de mecanismos de avaliação substitutivos, conforme critérios estabelecidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados no início do quadrimestre letivo. Fica também assegurado ao discente o direito a mecanismos de avaliação substitutivos nos casos comprovados por meio de apresentação de documentos comprobatórios ao docente responsável, de acordo com Resolução ConsEPE nº 227 de 23 de abril de 2018.

Fica também garantido ao discente que for aprovado com conceito D ou reprovado com conceito F em uma disciplina, além dos critérios estabelecidos pelo docente em seu Plano de Ensino, o direito a fazer uso de mecanismos de recuperação de acordo com a Resolução ConsEPE nº 181 de 23 out. 2014.

A data e os critérios dos mecanismos de recuperação deverão ser definidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados já no início do quadrimestre letivo. O mecanismo de recuperação não poderá ser aplicado em período inferior a 72 horas após a divulgação dos conceitos das avaliações regulares, e poderá ser aplicado até a terceira semana após o início do quadrimestre letivo subsequente, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 182, 23 out. 2014.

12.6 CRITÉRIOS DE DESLIGAMENTO

Os critérios para desligamento de discente por decurso dos prazos máximos para progressão e integralização dos cursos de graduação são normatizados pela Resolução ConsEPE nº 166, 8 out. 2013. De acordo com a resolução, fica estabelecido o prazo de 2n anos letivos como prazo máximo para permanência do aluno na UFABC, sendo n o número de anos letivos previsto no Projeto Pedagógico do Curso. O aluno deverá ser desligado após n anos letivos, nos casos em que tenha obtido, até esse prazo, menos de 50% dos créditos em disciplinas obrigatórias ou CPk menor que 0,5.

No caso em que o aluno já tenha matrícula ou reserva de vaga em curso de formação específica, ele terá o prazo de 2n anos letivos para integralização do curso, sendo nesse caso n o número de anos de integralização do curso de maior duração oferecido pela UFABC.

Referências:

Resolução ConsEPE nº 120. Estabelece normas e procedimentos para vista e revisão de instrumentos avaliativos, bem como de revisão de conceitos finais nas disciplinas de graduação da UFABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6076-resolucao-consepe-no-120-041011-estabelece-normas-e-procedimentos-para-vista-e-revisao-de-instrumentos-avaliativos-bem-como-de-revisao-de-conceitos-finais-nas-disciplinas-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 147. Define os coeficientes de desempenho utilizados nos cursos de graduação da UFABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6103-resolucao-consepe-no-147-define-os-coeficientes-de-desempenho-utilizados-nos-cursos-de-graduacao->

[da-ufabc](#). Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 182. Regulamenta a aplicação de mecanismos de recuperação nos cursos de graduação da UFABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/6138-resolucao-consepe-nd-182-regulamenta-a-aplicacao-de-mecanismos-de-recuperacao-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso:13 abr. 2018.

Resolução ConsEPE nº 227. Regulamenta a aplicação de mecanismos de avaliação substitutivos nos cursos de graduação da UFABC, revoga e substitui a Resolução ConsEPE nº 181. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_227_-_regulamenta_a_aplicacao_de_mecanismos_de_avaliacao_substitutivos_nos_cursos_de_graduacao_da_ufabc_revoga_e_substitui_a_resolucao_consepe_n_181.pdf. Acesso:13 abr. 2018.

13 INFRAESTRUTURA

13.1 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

A Pró-Reitoria de Graduação possui em sua infraestrutura um grupo de laboratórios compartilhados por todos os cursos de graduação. A Coordenadoria dos Laboratórios Didáticos (CLD), vinculada à PROGRAD, é responsável pela gestão administrativa dos laboratórios didáticos e por realizar a interface entre docentes, discentes e técnicos de laboratório nas diferentes áreas, de forma a garantir o bom andamento dos cursos de graduação, no que se refere às atividades práticas em laboratório.

A CLD é composta por um Coordenador dos Laboratórios Úmidos, um Coordenador dos Laboratórios Secos e um Coordenador dos Laboratórios de Informática e Práticas de Ensino, bem como equipe técnico-administrativa.

Dentre as atividades da CLD destacam-se o atendimento diário a toda a comunidade acadêmica, a elaboração de Política de Uso e Segurança dos Laboratórios Didáticos e a análise e adequação da alocação de turmas nos laboratórios em cada quadrimestre letivo, garantindo a adequação dos espaços às atividades propostas em cada disciplina e melhor utilização de recursos da UFABC, o gerenciamento da infraestrutura dos laboratórios didáticos, materiais, recursos humanos, treinamento, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos.

Os laboratórios são dedicados às atividades didáticas práticas que necessitam de infraestrutura específica e diferenciada, não atendidas por uma sala de aula convencional. São quatro diferentes categorias de laboratórios didáticos disponíveis para os usos dos cursos de graduação da UFABC: secos, úmidos, de informática e de prática de ensino.

- **Laboratórios Didáticos Secos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitam de uma infraestrutura com bancadas e instalação elétrica e/ou instalação hidráulica e/ou gases, o uso de kits didáticos e mapas, entre outros.
- **Laboratórios Didáticos Úmidos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem manipulação de agentes químicos ou biológicos, uma infraestrutura com bancadas de granito, com capelas de exaustão e com instalações hidráulica, elétrica e de gases.
- **Laboratórios Didáticos de Práticas de Ensino** são espaços destinados ao suporte dos cursos de licenciatura, desenvolvimento de habilidades e competências para docência da Educação Básica, podendo ser úteis também para desenvolvimentos das habilidades e competências para docência do ensino superior.
- **Laboratórios Didáticos de Informática** são espaços para aulas utilizando recursos de tecnologia de informação como microcomputadores, acesso à internet, linguagens de programação, softwares, hardwares e periféricos.

Anexo aos laboratórios há uma sala de suporte técnico que acomoda servidores técnicos com as seguintes funções: nos períodos de contra turno de aulas, auxiliam a comunidade no que diz respeito às atividades de graduação, pós-graduação e extensão em suas atividades práticas (projetos de disciplinas, iniciação científica, mestrado e doutorado); participam dos processos de compras levantando a minuta dos materiais necessários; fazem controle de estoque de materiais; cooperam com os professores durante a realização testes de experimentos que serão incorporados nas disciplinas e preparação do laboratório para a aula prática. Nos períodos de aula, oferecem apoio para os professores e alunos durante o

experimento, repondo materiais, auxiliando no uso de equipamentos e prezando pelo bom uso dos materiais de laboratório. Para isso, os técnicos são alocados previamente em determinadas disciplinas, conforme a sua formação (eletrônica, eletrotécnica, materiais, mecânica, mecatrônica, edificações, química, biologia e informática). Os técnicos trabalham em esquema de horários alternados, possibilitando o apoio às atividades práticas ao longo de todo período de funcionamento da UFABC, das 08 às 23h.

Além dos técnicos, a sala de suporte armazena alguns equipamentos e kits didáticos utilizados nas disciplinas. Há também a sala de suporte técnico, que funciona como almoxarifado, armazenando todos demais os equipamentos e kits didáticos utilizados durante o quadrimestre.

A UFABC dispõe ainda de uma oficina mecânica de apoio, com servidores técnicos especializados na área e atende a demanda de toda a comunidade acadêmica (centros, graduação, extensão e prefeitura universitária) para a construção e pequenas reparações de kits didáticos e dispositivos para equipamentos usados na graduação e pesquisa, além do auxílio aos discentes na construção e montagem de trabalhos acadêmicos em geral.

A alocação de laboratórios didáticos para as turmas de disciplinas com carga horária prática ou aquelas que necessitem do uso de um laboratório é feita pelo coordenador do curso, a cada quadrimestre, durante o período estipulado pela Pró-Reitoria de Graduação. O docente da disciplina com carga horária alocada nos laboratórios didáticos é responsável pelas aulas práticas da disciplina, não podendo se ausentar do laboratório durante a aula prática. Atividades como treinamentos, instalação ou manutenção de equipamentos nos laboratórios didáticos ou aulas pontuais são previamente agendadas com a equipe técnica responsável e acompanhadas por um técnico de laboratório.

Como os laboratórios são compartilhados, todos os cursos podem realizar de diferentes atividades didáticas dentro dos diversos laboratórios, otimizando o uso dos recursos materiais e ampliando as possibilidades didáticas dos docentes da UFABC e a prática da interdisciplinaridade, respeitando as necessidades de cada disciplina ou aula de acordo com a classificação do laboratório e dos materiais e equipamentos disponíveis nele.

13.2 BIBLIOTECA

O Sistema de Bibliotecas da UFABC, cuja finalidade é atender as demandas informacionais da comunidade universitária e científica interna e externa à Universidade, é formado por unidades de bibliotecas localizadas nos Campi de Santo André e São Bernardo do Campo, responsáveis por atender e apoiar a comunidade universitária em suas atividades de ensino pesquisa e extensão, de forma articulada e pautada na proposta interdisciplinar do projeto pedagógico e de seu plano de desenvolvimento institucional.

As Bibliotecas que compõem o Sistema possuem amplo e diversificado acervo, com aproximadamente 100.000 exemplares de livros físicos e 42.000 títulos de livros eletrônicos, sendo, todas as coleções da editora Springer Nature entre os anos de 2.005 e 2.014, todos os títulos publicados pela editora Wiley em 2.016 e pelos títulos da editora Ebsco referentes à coleção EbscoHost. E, em complemento, títulos resultantes de assinaturas anuais com demais editoras, como: Elsevier, Cengage Learning e Wiley. Além da filmoteca que conta com mais de 1.000 títulos de filmes.

O SisBi ainda, dispõe de sistema (SophiA) que permite o acesso ao seu catálogo e portal na internet para acesso às informações sobre seus serviços e a conteúdos externos, como:

sistema Scielo que contempla seleção de periódicos científicos brasileiros, sistema Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); sistema COMUT que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais; Portal de Periódicos da CAPES, que oferece uma seleção das mais importantes fontes de informação científica e tecnológica, de acesso gratuito na Web. Atualmente, o portal dispõe de 34.457 periódicos eletrônicos, relacionados às diversas áreas do conhecimento e, ainda, acesso a mais de 2.000 bases de dados; dentre outros.

Convênios também são estabelecidos pelo SisBi, entre os mais significativos o serviço de Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), que estabelece a cooperação e potencializa a utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país. Outro convênio a ser notado é com o IBGE, que tem por objetivo ampliar para a sociedade, o acesso às informações produzidas por meio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. Assim, o SisBi passou a ser depositário das publicações editadas por esse órgão.

As unidades de bibliotecas atendem a comunidade de segunda a sexta, de 8 às 22h, mantendo-se em uma estrutura física com área total de 4.529 m², onde se distribuem 521 assentos; além de terminais de consulta ao acervo. Buscando promover o exercício a reflexão crítica nos espaços universitários, bem como a interação com os diversos públicos, desenvolve ainda, programas e projetos culturais como: CineArte, exibido também ao ar livre; PublicArte; Saraus e Exposições.

13.3 TECNOLOGIAS DIGITAIS

As salas de aula são equipadas com projetores e computadores com acesso à internet e recursos de áudio e vídeo. Em todos os ambientes da UFABC é disponibilizado o acesso à internet sem fio. A UFABC dispõe de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Trata-se de uma plataforma online, acessível dentro ou fora do campus (inclusive por meio de dispositivos móveis), e que pode ser usada tanto para apoio ao ensino presencial, como para ofertas de disciplinas semipresenciais. O ambiente possui distintas funcionalidades que permitem que os usuários, educadores e estudantes, disponibilizem e acessem materiais educacionais, interajam entre si (por meio de fóruns, chats, sistemas de mensagens e comentários etc.), gerenciem e colaborem nas atividades de pesquisa, projetos e tarefas relacionadas aos cursos. A UFABC possui um Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) que organiza e desenvolve projetos de inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação TDIC no ensino, além de oferecer formação e apoio a docentes, discentes que almejam realizar ações de incorporação das TDIC às suas práticas educativas.

14 DOCENTES

14.1 Corpo Docente

No quadro 4 é apresentado o corpo docente do curso, constituído inicialmente por 85 professores da UFABC.

Quadro 4: Relação do corpo docente do curso de LCNE

| | Nome | Área de Formação – Doutor em | Titulação | Regime de Dedicação | Centro |
|----|---------------------------------|--------------------------------------|-----------|------------------------|--------|
| 1 | Adriana Pugliese Netto Lamas | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 2 | Ailton Paulo de Oliveira Júnior | Educação | Doutorado | DE | CMCC |
| 3 | Alessandro Jacques Ribeiro | Educação Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 4 | Alexander de Freitas | Filosofia | Doutorado | DE | CCNH |
| 5 | Allan Moreira Xavier | Ciência e Tecnologia/ Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 6 | Ana Maria Dietrich | História | Doutorado | DE | CECS |
| 7 | Ana Paula Moraes | Biologia Vegetal | Doutorado | DE | CCNH |
| 8 | Angela Terumi Fushita | Ciências – Ecologia | Doutorado | DE | CECS |
| 9 | Annibal Hetem Junior | Astrofísica | Doutorado | DE | CECS |
| 10 | Breno Arsioli Moura | Ensino de Ciências | Doutorado | DE | CCNH |
| 11 | Bruna Mendes de Vasconcellos | Política Científica e Tecnológica | Doutorado | DE | CCNH |
| 12 | Carla Lopes Rodriguez | Artes Visuais | Doutorado | DE | CMCC |
| 13 | Conrado Augustus de Melo | Planejamento de Sist. Energéticos | Doutorado | DE | CECS |
| 14 | Daniel Pansarelli | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 15 | Daniel Scodeler Raimundo | Ciências | Doutorado | DE | CECS |
| 16 | Daniel Zanetti de Florio | Tecnologia Nuclear- Materiais | Doutorado | DE | CECS |
| 17 | Danusa Munford | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 18 | Denise Hideko Goya | Ciência da Computação | Doutorado | DE | CMCC |
| 19 | Diana Sarita Hamburger | Engenharia de Transportes | Doutorado | DE | CECS |
| 20 | Elisabete Marcon Mello | Educação Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 21 | Elizabeth Teodorov | Ciências | Doutorado | DE | CMCC |
| 22 | Evonir Albrecht | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 23 | Fernanda Franzolin | Ensino de Ciências e Biologia | Doutorado | DE | CCNH |
| 24 | Fernando Luiz Cássio Silva | Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 25 | Francisco de Assis Zampirolli | Engenharia da Computação | Doutorado | DE | CMCC |
| 26 | Francisco José Brabo Bezerra | Educação Matemática | Doutorado | DE | CMCC |

| | | | | | |
|----|--|---------------------------------|-----------|----|------|
| 27 | Gabriela Farias Asmus | Ambiente e Sociedade | Doutorado | DE | CECS |
| 28 | Giselle Watanabe | Ensino de Ciências – Física | Doutorado | DE | CCNH |
| 29 | Graciela de Souza Oliver | Ensino e História das Ciências | Doutorado | DE | CCNH |
| 30 | Graciella Watanabe | Ensino de Ciências – Física | Doutorado | DE | CCNH |
| 31 | Helena França | Ecologia | Doutorado | DE | CECS |
| 32 | Jean Jacques Bonvent | Físico-Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 33 | João Rodrigo Santos da Silva | Ciências | Doutorado | DE | CCNH |
| 34 | John Andrew Sims | Engenharia Elétrica | Doutorado | DE | CECS |
| 35 | José Guilherme de Oliveira Brockington | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 36 | Katerina Lukasova | Ciências | Doutorado | DE | CMCC |
| 37 | Leonardo José Steil | Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 38 | Luciana Aparecida Palharini | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CCNH |
| 39 | Luciana Zaterka | Filosofia | Doutorado | DE | CCNH |
| 40 | Lúcio Campos Costa | Física | Doutorado | DE | CCNH |
| 41 | Luís Roberto de Paula | Antropologia Social | Doutorado | DE | CECS |
| 42 | Luiz Carlos da Silva Rozante | Bioinformática | Doutorado | DE | CMCC |
| 43 | Luiz Gustavo Franco Silveira | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 44 | Maisa Helena Altarugio | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 45 | Marcelo Oliveira da Costa Pires | Física | Doutorado | DE | CCNH |
| 46 | Marcelo Salvador Caetano | Psicologia Experimental | Doutorado | DE | CMCC |
| 47 | Marcelo Zanotello | Engenharia de Materiais | Doutorado | DE | CCNH |
| 48 | Marcia Aguiar | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 49 | Márcia Helena Alvim | Ensino e História das Ciências | Doutorado | DE | CCNH |
| 50 | Márcio Fabiano da Silva | Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 51 | Marco Antonio Bueno Filho | Ensino de Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 52 | Maria Beatriz Fagundes | Ensino de Ciências – Física | Doutorado | DE | CCNH |
| 53 | Maria Cândida Varone de Moraes | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CCNH |
| 54 | Maria Gabriela S. M. C. Marinho | História Social | Doutorado | DE | CECS |
| 55 | Maria Inês Ribas Rodrigues | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CCNH |
| 56 | Maria Teresa Carthery Goulart | Ciências - Neurologia | Doutorado | DE | CMCC |
| 57 | Mario Minami | Engenharia Elétrica | Doutorado | DE | CECS |
| 58 | Mauricio Guerreiro M. dos Santos | Geologia | Doutorado | DE | CECS |
| 59 | Meiri Aparecida Gurgel de Campos Miranda | Ciências | Doutorado | DE | CCNH |
| 60 | Mirian Pacheco Silva Albrecht | Educação | Doutorado | DE | CCNH |
| 61 | Mirtha Lina Fernández Venero | Ciência da Computação | Doutorado | DE | CMCC |

| | | | | | |
|----|--|----------------------------------|-----------|----|------|
| 62 | Natalia Pirani Ghilardi Lopes | Botânica | Doutorado | DE | CCNH |
| 63 | Patrícia da Silva Sessa | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CCNH |
| 64 | Paulo de Avila Junior | Ciências | Doutorado | DE | CCNH |
| 65 | Pieter Willem Westera | Astronomia | Doutorado | DE | CCNH |
| 66 | Rafael Cava Mori | Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 67 | Rafaela Vilela da Rocha Campos | Ciência da Computação | Doutorado | DE | CMCC |
| 68 | Regina Helena de Oliveira Lino Franchi | Educação Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 69 | Reinaldo Luiz Cavasso Filho | Física | Doutorado | DE | CCNH |
| 70 | Renata de Paula Orofino Silva | Ciênc. Bio. - Ensino de Ecologia | Doutorado | DE | CCNH |
| 71 | Robson Macedo Novais | Ensino de Ciências-Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 72 | Roque da Costa Caiero | Filosofia | Doutorado | DE | CCNH |
| 73 | Ruth Ferreira Galduróz | Ciências – neurociência | Doutorado | DE | CMCC |
| 74 | Sérgio Henrique Bezerra de Sousa Leal | Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 75 | Silvia Dotta | Educação | Doutorado | DE | CMCC |
| 76 | Solange Wagner Locatelli | Ensino de Ciências – Química | Doutorado | DE | CCNH |
| 77 | Tiago Fernandes Carrijo | Entomologia | Doutorado | DE | CCNH |
| 78 | Vinicius Cifú Lopes | Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 79 | Vinícius Pazuch | Ensino de Ciências e Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 80 | Virgínia Cardia Cardoso | Educação Matemática | Doutorado | DE | CMCC |
| 81 | Vitor Vieira Vasconcelos | Geologia | Doutorado | DE | CECS |
| 82 | Vivirlí Maria Silva Gomes | Ciências | Doutorado | DE | CMCC |
| 83 | William Steinle | Epistemologia e Lógica | Doutorado | DE | CCNH |
| 84 | Wilson Mesquita de Almeida | Sociologia | Doutorado | DE | CECS |

14.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

No Quadro 5 é apresentado o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, constituído a partir do corpo docente.

Quadro 5: Relação de docentes que compõem o NDE do curso de LCNE.

| Nome | Centro |
|-------------------------------|--------|
| Elizabeth Teodorov | CMCC |
| Marcelo Zanotello | CCNH |
| Márcia Helena Alvim | CCNH |
| Mirian Pacheco Silva Albrecht | CCNH |
| Patrícia da Silva Sessa | CCNH |
| Roque da Costa Caiero | CCNH |
| Virgínia Cardia Cardoso | CMCC |

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A UFABC implantou mecanismos de avaliação permanentes da efetividade de seus cursos, visando compatibilizar a oferta de vagas, os objetivos dos cursos, o perfil do egresso e a demanda do mercado de trabalho para os diferentes cursos.

Um dos mecanismos adotados é a avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. A avaliação realizada pelo SINAES constituirá referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Esta avaliação tem como componentes:

- i. Autoavaliação do curso na UFABC, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) por meio de formulários específicos;
- ii. Avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP;
- iii. Exame Nacional de Avaliação de Desenvolvimento dos estudantes (ENADE).
- iv. Avaliação de disciplinas do curso por estudantes e por docentes.

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a Coordenação do Curso age na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do curso. Tais mecanismos contemplam as necessidades da área do conhecimento em que o curso está ligado, exigências acadêmicas da Universidade, o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade e a atuação profissional dos formandos. Nesta direção, os resultados periodicamente obtidos nos componentes i a iv são apresentados e debatidos em reuniões ordinárias da Coordenação do Curso e também em reuniões plenárias junto aos demais docentes credenciados no curso, aos representantes discentes e ao corpo técnico-administrativo.

16 ANEXO

Nesta seção apresenta-se o detalhamento das novas disciplinas propostas no projeto.

Disciplina Obrigatória

Metodologias de Pesquisa em Educação

TPI: 2-0-4.

Recomendação: não há.

Carga Horária: 24 horas.

Ementa

A investigação em educação em ciências e educação matemática: principais tendências metodológicas. Fundamentos e características gerais das pesquisas: perspectivas filosóficas e epistemológicas, planejamento, desenvolvimento e ética. Introdução aos métodos qualitativos e quantitativos de coleta e análise de dados.

Objetivos

Esta disciplina tem por objetivo geral propiciar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relacionados às principais metodologias de pesquisa utilizadas na área educacional. Especificamente, pretende-se que o estudante seja introduzido ao delineamento e elaboração de projetos de pesquisa, articulando perspectivas teóricas que fundamentam as investigações científicas, objetivos, estratégias de coleta de dados e referenciais para análise que resultam na produção de conhecimentos no campo da Educação. Espera-se com essa disciplina fomentar a participação dos estudantes em projetos de iniciação científica e sua integração a grupos de pesquisa.

Bibliografia Básica

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CRESWELL, J.W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 9ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

BOAVIDA, J.; AMADO, J. Ciências da educação: epistemologia, identidade e perspectivas. Coimbra: Coimbra University Press, 2008.

FIORENTINI, D. LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. Coleção Formação de Professores. Campinas: Autores Associados, 2006.

GRECA, I. M. (Org.) A pesquisa em ensino de ciências no Brasil e suas metodologias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

KEEVES, J. Educational research methodology and measurement: an international handbook. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Disciplinas de Opção Limitada

Introdução à Filosofia da Ciência

T-P-I: 4 - 0 - 4

Carga horária: 48 horas

Recomendação: Bases Matemáticas, Bases Epistemológicas da Ciência Moderna

Ementa

Análise de algumas das principais formas de compreender e avaliar o conhecimento científico face ao desenvolvimento da ciência a partir do século XX. Noções de teoria, modelo, indução, dedução, explicação e avaliação empírica. O Empirismo Lógico, a concepção de Karl R. Popper, a filosofia histórica e sociologicamente orientada de Thomas S. Kuhn, a concepção de Imre Lakatos sobre a relação entre história e filosofia da ciência e a questão de valores e ciência, concepções de G. Bachelard e outras acerca de temas de epistemologia.

Objetivos

O estudante será levado a compreender de modo crítico algumas dentre as principais concepções de conhecimento científico, em termos de aceitação de teorias e os respectivos limites. Em especial, aspectos metodológicos e axiológicos acerca de determinados temas decisivos, e.g., aceitação de teorias e experimentos, demarcação entre ciência e pseudociência, avaliação empírica, superação e coexistência de teorias, que marcam a evolução de métodos e temas da história da ciência moderna ocidental. As temáticas correlacionam-se basicamente com o conhecimento científico e a ciência praticada a partir do início do século XX.

Bibliografia básica

- CHALMERS, Alan. O que é ciência afinal? São Paulo, Brasiliense, 1999.
- FEIGL, Herbert. "A visão 'ortodoxa' de teorias: comentários para defesa assim como para crítica", *Scientiae Studia*, v. 2, n. 2, 2004, p. 259-277.
- FEYERABEND, Paul. "El problema de la existencia de las entidades teóricas", *Scientiae Studia*, v. 3, n. 2, 2005, p. 257-275 e p. 277-312.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo, Editora UNESP, 2003.
- HEMPEL, Carl G. "Problemas y cambios en el criterio empirista de significado", in: A. J. Ayer(ed). *El positivismo logico*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 115-136.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa, Edições 70, 1999.
- LAUDAN, Larry et alii. "Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica", *Estudos Avançados (IEA-USP)*, n. 19, 1993, p. 7-89.
- LAUDAN, Larry. *O progresso e seus problemas*. São Paulo Editora UNESP, 2011.
- POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 2003.

POPPER, Karl R. Conjecturas e refutações: o processo do conhecimento científico. São Paulo, Editora Moderna, 2008.

Bibliografia complementar

- ABRANTES, Paulo. Imagens da natureza, imagens de ciência. Campinas, Papirus, 1998.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.
- BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. Lisboa, Edições 70, 2008
- CHALMERS, Alan. A fabricação da ciência. São Paulo Editora UNESP, 1994.
- CUPANI, Alberto. "A filosofia da ciência de Larry Laudan e a crítica do positivismo", Manuscrito, v. 17, n. 1, 1994, pp. 91-143.
- DINGLE, Herbert. "Aristotelismo moderno", Scientiae Studia, v. 3, n. 2, 2005, p. 243-255.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araujo. *Introdução à epistemologia*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.
- HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. "A concepção científica do mundo: o Círculo de Viena", Cadernos de História e Filosofia da Ciência, série 1, n. 10, 1986.
- HEMPEL, Carl G. "Teoría de la verdad de los positivistas lógicos", in: J. A. Nicolás; M. J. Frápoli (ed). Teorías de la verdad en el siglo XX. Tecnos, 1997 ("On the Logical Positivists' Theory of Truth", Analysis, v. 2, n. 4, 1935, p. 49–59).
- KRAGH, Helge. Introdução à historiografia da ciência. Porto, Porto Editora, 2001.
- KUHN, Thomas S. A tensão essencial. São Paulo, Editora UNESP, 2011.
- KUHN, Thomas S. O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo, Editora UNESP, 2006.
- LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (eds). A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo, Cultrix / Editora USP, 1979.
- LAUDAN, Larry. Ciencia y relativismo. Madrid, Alianza Editorial, 1993.
- LOSEE, John. Introdução histórica à filosofia da ciência. Belo Horizonte, Itatiaia, 2000.
- MOSTERÍN, Jesús. Conceptos y teorías en la ciencia. Madrid, Alianza Editorial, 2.ed., 2003.
- NAGEL, Ernest. Estructura de la ciencia: problemas de la lógica de la investigación científica. Buenos Aires, Paidós, 1991.
- O'HEAR, Anthony (ed). Karl Popper: filosofia e problemas. São Paulo, Editora da UNESP/ Cambridge University Press, 1997.
- PAPINEAU, David (ed). The philosophy of science. Oxford, Oxford University Press, 1996.
- POPPER, Karl. Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento. São Paulo, Editora UNESP, 2013.
- PUTNAM, Hilary. Representation and reality. Cambridge (Massachusetts), MIT Press, 1991.
- van FRAASSEN, Bas C. A imagem científica. São Paulo, Editora UNESP/ Discurso Editorial, 2007.

Robótica pedagógica com projetos interdisciplinares

T-P-I: 2-2-4

Recomendação: Bases Computacionais da Ciência

Carga horária: 48h

Ementa

Introdução à Robótica e à Cibernética. Revisão de Conceitos Pedagógicos das Práticas com Projetos. Arduino e Ambientes de Programação Visual: Estruturas Sequenciais, Condicionais, de Repetição e Sub-rotinas. Feedback Pedagógico e o Erro em Projetos Educativos.

Documentação Colaborativa em Projetos Pedagógicos: Diário de Bordo, Portfólio, Ferramentas Digitais e TICs. Atuadores, Interfaces, Motores e Sensores para Arduino. Desenvolvendo Habilidades das Matrizes de Avaliação Processuais do Ensino Fundamental e do ENEM para Ensino Médio de forma Interdisciplinar com Materiais Reciclados. Avaliação Formativa, Empatia, Habilidades Sócio Comportamentais e as Exposições Finais na Escola.

Objetivos

Desenvolver projetos pedagógicos em robótica com metodologias ativas. Trabalhar com robótica as habilidades e competências sugeridas nas BNCC e no ENEM em projetos interdisciplinares. Trabalhar o feedback no processo formativo dos alunos. Desenvolver habilidades e competências sócio comportamentais para atuar na sociedade pós-moderna. Apresentar o diário de bordo como instrumento de acompanhamento de projetos.

Bibliografia Básica

Marietto, M. G. B. et all. Bases Computacionais da Ciência, Santo André, SP: UFABC, 2013.
Almisis, D. et al. Educational Robotics in the Makers Era, Cham, Swiss: Springer, 2017.
McRoberts, M. Arduino Básico, 2ª Edição, São Paulo, SP: Novatec, 2015.

Bibliografia Complementar

Piaget, J. A Construção do Real na Criança, São Paulo: Ática, 2008.
Doolittle, P. E. Understanding Cooperative Learning through Vygotsky's Zone of Proximal Development, Lilly Conference on Excellence in College Teaching, Columbia, SC, pp. 1-27, June, 1995.
Stein, E. On The Problem of Empathy, Washington, USA: ICS Publications, 2016.
Wiener, N. Cibernética, São Paulo: Perspectiva, 2017.
Hattie, J. and Temperley, H. The Power of Feedback, Review of Educational Research, vol. 77, no. 1, pp. 81-112, March 2007.
Harlen, W and James, M. Assessment and Learning: Differences and Relationships between Formative and Summative Assessment, Assessment in Education, vol. 4, no. 3, pp. 365-379, 1997.
Alimisis, D. Teacher Education on Robotics-Enhanced Constructivist Pedagogical Methods, Atenas: ASPETE, 2009.
Monk, S., 30 Projetos com Arduino (Tekne), 2ª Edição, Porto Alegre: Bookman, 2014.
Saucedo, K. R. R., Weler, K. C. E. e Wendling, C. M. O Diário de Bordo na Formação de Professores: experiência no PIBID e na Pedagogia, Espaço Plural, Ano XIII, no. 26, p. 88-99, 1º semestre de 2012.

Sociologia da Educação

T-P-I: 4-0-4

Recomendação: Não há

Carga horária: 48h

Ementa

Estudo das contribuições das ciências sociais para a compreensão dos processos educativos com ênfase na instituição escolar. Instrumentos teóricos e metodológicos da sociologia para

analisar e compreender o sistema educacional. A relação entre sociologia e educação através de estudo dos clássicos da sociologia. Mecanismos de produção e reprodução social que ocorrem nas instituições escolares. A educação na perspectiva da cultura, das distinções sociais, econômicas e políticas nas sociedades contemporâneas.

Objetivos

Reconhecer questionamentos e problemas levantados pelos estudos da sociologia da educação. Reconhecer aspectos sociais como fatores importantes para compreender os desafios educacionais nacionais e internacionais. Analisar o panorama social em termos de variáveis como classe social e habitus e seus efeitos para educação. Elaboração de sínteses sobre os problemas sociais e os contextos escolares.

Bibliografia Básica

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). Escritos de educação. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 279 p., il. (Ciências sociais da educação). ISBN 9788532620538.

PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. 230 p. ISBN 9 788573 0783978. Disponível em: <<http://www.livrosdeprogramacao.com.br/images/8573078391Gr.jpg>>.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. xli, 112 p., il. (Educação contemporânea). ISBN 9788574962191.

Bibliografia Complementar

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985. 127 p. (Biblioteca de Ciências Sociais). ISBN 9788570380739.

BOURDIEU, Pierre et al. A miséria do mundo. Coordenação de Pierre Bourdieu; Tradução de Mateus S. Soares Azevedo et al. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 747 p. ISBN 8532618189.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. 93 p. ISBN 9788573076318.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. 619 p. ISBN 9788502627369.

DURKHEIM, David Émile. As regras do método sociológico. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 14. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1990. 128 p. ISBN 8504002268.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000. 224 p., il. ISBN 9788571105478.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 302 p., il. ISBN 9788532605085.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006. 102 p. ISBN 8574904023. Disponível em: <<http://imagens.travessa.com.br/livro/DT/2e/2e12b823-ea11-4287-aece-abe8ac461059.jpg>>.

LAHIRE, Bernard. Homem plural: os determinantes da ação. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 231 p. (Ciências sociais da educação). ISBN 9788532627391.

OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). Demografia da exclusão social: temas e abordagens. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. 190 p., il. ISBN 9788526805460.

SILVA, Tomas Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 133 p. (Educação pós-crítica). ISBN 9788532624120.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem e como vive. Colaboração de André Grillo et al. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2016. 551 p. (Humanitas). ISBN 9788570417879

TILLY, Charles. Democracia. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 252 p., il. (Sociologia). ISBN 9788532644947.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Tradução de André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2011. 207 p., il. ISBN 9788571105966.